



RELATÓRIO FINAL – PROJETO Nº 233-920-1012 ZG

“Arte de Conviver no Semiárido em Regiões semiáridas do Rio Grande do Norte”.

I – RELATÓRIO DE ATIVIDADES – ANO III – 2018

1. DADOS FORMAIS:

1.1 Nome da organização parceira:
Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários – SEAPAC
1.2 Título e número do projeto:
Arte de Conviver no Semiárido Potiguar em regiões semiáridas do Rio Grande do Norte – 233-920-1012 ZG
1.3 Período abrangido pelo relatório:
abril de 2018 a março/2019
1.4 Breve descrição de como o relatório foi elaborado:
<p>Este relatório refere-se ao último ano do Projeto Trienal 2016-2018, abrangendo o período de abril de 2018 a março de 2019. A metodologia utilizada para a coleta das informações constou de oficinas de avaliação e visitas “in loco”, envolvendo os grupos prioritários, localizados em comunidades dos três territórios de atuação do Seapac – Trairi, Seridó e Alto-Oeste potiguar.</p> <p>A programação das Oficinas teve como base o roteiro de avaliação proposto por Misereor, centradas nos objetivos e indicadores do Projeto vigente. Além desses aspectos, discutimos sobre o processo metodológico, as lições aprendidas e as expectativas dos Grupos em relação aos próximos anos. O objetivo foi proporcionar um momento para reflexão e avaliação de todas as ações realizadas em 2018, evidenciando os principais efeitos – diretos e indiretos - as dificuldades e a visão futura para continuidade do trabalho na base.</p> <p>As visitas ocorreram aos Fóruns e Unidades Produtivas Familiares (UPFs) – para verificação das experiências, observando os resultados reais quanto ao desenvolvimento produtivo e à promoção da qualidade de vida das famílias beneficiárias, como também constatando os principais problemas enfrentados por elas. Para isso, estabeleceu-se um diálogo aberto e informal para que se ouvisse a “voz e a impressão” das famílias acerca de sua experiência e vivência naquele espaço, como também sobre a relevância da assessoria e do acompanhamento do Seapac.</p> <p>Outras fontes utilizadas foram os registros das atividades de PMAS que aconteceram durante o ano, envolvendo a equipe técnica e a coordenação institucional. Esse processo se deu a cada trimestre, consistindo em reuniões para discutir e avaliar o trabalho realizado, ouvindo-se as impressões dos técnicos e verificando-se os seus registros de campo. A ferramenta digital de registro de atividades (viggosistemas) serviu também para complementar os dados quantitativos e, de base, para o comparativo entre o planejado e o realizado.</p> <p>Para ampliar as informações, utilizamos, também, notícias veiculadas no site institucional e nas mídias sociais, que retratam as ações promovidas pelo Seapac, no Estado do RN. Acessamos, ainda, outros dados que confirmam o contexto socioeconômico, ambiental e político do país e do Estado, visando aprimorar e enriquecer a descrição do cenário em que se desenvolveu a ação.</p> <p>Nos momentos de avaliação contamos com alguns parceiros: Sindicatos, Conselhos, Emater e Professores da rede pública municipal, possibilitando uma visão mais ampliada dos resultados decorrentes da ação do Seapac.</p>

2. MUDANÇAS NO CONTEXTO DO PROJETO / ENQUADRAMENTO

2.1 Mudanças importantes no contexto do Projeto/Enquadramento

Durante os três anos que compreenderam a execução do Trienal (abril de 2016 a março de 2019) as mudanças que mais tiveram influência no contexto do projeto, no alcance dos seus objetivos e na vida dos beneficiários foram decorrentes da crise ético-política e econômica na qual o Brasil está submerso; do aprofundamento do desmonte das políticas públicas sociais e do Programa de convivência com o semiárido; e das consequências da mais longa e severa seca ocorrida no semiárido nordestino, nos últimos 7 anos.

CONTEXTO NACIONAL

a) A crise ético-política e econômica nacional:

Desde 2013 o Brasil vive uma crise política de grandes proporções, ampliada durante as eleições de 2014 que ocorreram num cenário muito polarizado, em que foi eleita a primeira mulher para presidir o Brasil. Em 2016 Dilma foi reeleita, sendo removida por força do processo de impeachment, assumindo o comando o seu vice, Michel Temer, que se tornou o mais impopular presidente da história do país. Em seu governo, impôs reformas nas políticas públicas, alterou profundamente a legislação trabalhista e deu início ao debate em torno da reforma da previdência, que fora postergada, mas já está em pauta para votação no governo atual – de Jair Bolsonaro.

Em 2017 o cenário político continuou conturbado, com o avanço da operação Lava-Jato e a revelação de escândalos de corrupção em série, que incorreram na condenação e prisão de agentes empresariais e políticos do país; e a primeira condenação do ex-presidente Lula. E, ainda, no centro da crise institucional, o conflito no Poder Judiciário, protagonizado pelo Supremo Tribunal Federal, que, em certos momentos, interferiu no rumo da política, em decorrência do enfraquecimento dos poderes legislativo e executivo, da criminalização da política, e da fragilização do Estado de direito democrático.

Em 2018, aprofundou-se a polarização político-ideológica e regional, com a campanha eleitoral para presidente, abrindo-se um novo ciclo carregado de incertezas, de ódio, intolerância e violência. Em meio a esse cenário social e político, as pesquisas indicavam o favoritismo de Lula para presidente do Brasil, porém, logo em abril ele foi preso, impossibilitando sua participação na disputa eleitoral. Neste período, cresce a ascensão do candidato da extrema-direita, o militar reformado, Jair Bolsonaro, inspirada pela retórica do conservadorismo social e moral, com um forte apelo da negação e criminalização da política e das organizações e movimentos sociais, sempre em defesa do modelo tradicional de família, pátria e propriedade e, acima de tudo, da ordem social pela via da flexibilização do uso de armas, pela população, e do poder letal da polícia, como forma de combater a violência e manter a segurança no país.

A campanha ultraconservadora de Bolsonaro encontrou ressonância e apoio de uma grande parcela do eleitorado, alimentada pelo antipetismo radical e o sentimento de negação da política tradicional, considerada um espaço de roubo e corrupção, cuja principal força mobilizadora foi a comunicação digital por meio das redes sociais. Na disputa, Jair Bolsonaro saiu vencedor com 55,1% dos votos válidos, representando 39% do eleitorado brasileiro, apto a votar. Importante ressaltar que o índice de abstenção foi de 21,3% do total do eleitorado, o maior desde a redemocratização.

Naquele ano, também, o país sofreu com o aumento da violência urbana e a greve dos caminhoneiros, que parou o Brasil, ampliando ainda mais a crise econômica e da segurança nacional. O quadro de desajustes econômicos, de insegurança e de incerteza política, repercutiu diretamente na queda acentuada do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro durante os últimos anos. Segundo dados do IBGE (G1 – 28/02/19), o PIB,

em 2018, cresceu no mesmo ritmo de 2017, alcançando apenas 1,1%, o que demonstra que a recuperação da economia continua em passos lentos e o PIB segue abaixo do nível pré-recessão. Ainda de acordo com os dados do IBGE, “a piora nas expectativas do mercado veio na esteira da greve dos caminhoneiros, de incertezas políticas e eleitorais, e da piora do cenário internacional”.

A pesquisadora do IBGE, Cláudia Dionísio, assegura que, dentre os fatores que impediram um crescimento maior da economia em 2018, está o mercado de trabalho, que ainda não deu sinais claro de recuperação, e, principalmente, as incertezas tanto políticas quanto econômicas que marcaram todo o ano. (G1 – 28/02/19).

Dados do IBGE (PNAD – Contínua), do último trimestre de 2018, evidenciam que, no Brasil, a taxa de desempregados é de 11,6%, atingindo 12,2 milhões de brasileiros. Já no governo de Bolsonaro, essa taxa aumenta para 12,4%, representando 13,1 milhões de desempregados no 1º trimestre/19. A indústria foi o setor que mais dispensou trabalhadores, seguida por agricultura e administração pública. (Fonte: G1 Nacional – 27/02/19). Os números indicam que 14,4% dos desempregados estão na região Nordeste; a maior taxa de desempregados no país é de negros (14,6%) e de mulheres (13,6%); e 3,2 milhões de brasileiros procuram emprego há mais de 2 anos. Já no RN a taxa é de 12,8% de pessoas desocupadas, maior que a taxa nacional (11,9%). (Dados do IBGE referentes ao 3º trimestre/18 - Fonte: Tribuna do Norte – 15/11/18).

A pesquisa do IBGE chama a atenção, também, para as altas recordes na informalidade que se mostram no menor número de pessoas com carteira assinada, que alcançou 39,2 milhões de brasileiros em 2018. Também alcançaram o maior nível o contingente de trabalhadores por conta própria, o ano passado, que foi de 23,3 milhões de pessoas, pouco mais de um quarto do total da população ocupada no país. (Fonte: Jornal Valor Econômico – 31/01/2019).

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) uma em cada quatro vagas é de trabalho parcial ou intermitente. Ainda segundo o instituto, existem hoje no país 16 milhões de casas, de um total de 72 milhões de domicílios, sem nenhum rendimento do trabalho. (Fonte: Jornal Brasil de Fato – 12/04/19).

Nesse contexto, a reforma trabalhista, em vigor há um ano, foi defendida pelo governo Michel Temer como um projeto que iria gerar dois milhões de empregos em dois anos, diminuir a informalidades, garantir segurança jurídica e manter os direitos dos trabalhadores. Porém, desde a mudança, o que se constata é o aumento da informalidade, redução no número de acordos coletivos, perda de direitos para trabalhadores rurais e enfraquecimento dos sindicatos.

Após o processo eleitoral, passaram-se três meses do governo de extrema direita, com mais incertezas de todos os setores da sociedade e da economia, em decorrência das falas inconsequentes e desqualificadas que o presidente tem feito em vários momentos, em nível nacional e internacional, gerando dentro do governo respostas de correção aos pronunciamentos equivocados do presidente.

Nestes primeiros meses de governo Bolsonaro, algumas medidas e manobras políticas estão sendo colocadas em prática, gerando preocupação, indignação e incertezas na população que, em resposta, tem apresentado alto índice de desaprovação e rejeição ao governo Bolsonaro. Segundo pesquisa Datafolha, 30% dos brasileiros consideram o governo de Jair ruim ou péssimo, em virtude de episódios desgastantes e contraditórios ao discurso de sua campanha. De acordo com o instituto, nenhum dos presidentes eleitos nos últimos 28 anos – considerando apenas o início de primeiro mandato – teve uma avaliação tão negativa. (Fonte: Rede Brasil Atual – RBA – 7/4/19).

Dentre as medidas em curso ou já aprovadas, destacam-se: a liberação de 121 novas substâncias ou métodos de aplicação de veneno, dos quais 40% são classificados como agrotóxicos extremamente ou altamente perigosos para saúde humana, e 56% destes são muito perigosos para o meio ambiente. (Fonte: Jornal El País – março/19). Grande mobilização para aprovação da reforma previdenciária, envolvendo a imprensa, setores políticos, empresarial e financeiro; Insistência em destruir tudo que pareça ser relacionado à esquerda, ao PT, à doutrina social da Igreja, ou como ele chama “ativismo social”, inclusive, numa ação prática, já anuncia que não recebe o MST, sinaliza o não reconhecimento das terras indígenas e quilombolas e de qualquer ação que reafirme e reconheça direitos dos povos originários, LGBTs etc.

b) Fragilização das políticas públicas:

Nos últimos três anos passamos a conviver com o discurso de “ajustes nas contas públicas”, sob o pretexto de manter a confiança dos agentes econômicos em vista dos interesses do mercado, especialmente o financeiro especulativo, o que significa dizer: reduzir investimentos do Estado, revisar direitos estabelecidos e promover privatizações, como foi pautado pelo governo Temer e confirmado pelo presidente atual, Jair Bolsonaro. Não abstraídas desse contexto, as políticas públicas para a agricultura familiar também têm sofrido ajustes, revisão e, em alguns casos, até desapareceram do orçamento federal.

As políticas públicas voltadas à agricultura familiar, por exemplo, vêm sofrendo um processo crescente de esvaziamento, resultando em uma completa extinção ou perda de relevância, a começar pela extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em maio de 2016. O orçamento para o setor, apresentado para 2018, foi de menos de R\$ 1 bilhão, considerada uma das menores rubricas do último período, se comparada com o montante reservado à área, em 2013, que foi de R\$ 10 bilhões (Dados do SIOP).

Segundo o documento Austeridade e Retrocesso - um levantamento elaborado por macroeconomistas sobre impactos da Emenda - a proposta do Executivo para as principais ações de 2018 do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do extinto MDA e do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), voltadas à reforma agrária e à agricultura familiar, não chegam a um quarto do valor do exercício de 2017 e é menor do que 10% do valor estabelecido para 2015. (Terra de Direitos – por Lizely Borges – 16/10/2018).

A redução do orçamento para as políticas agrárias e funcionamento dos órgãos se reflete diretamente na fragilização da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), a exemplo da execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O programa, criado em 2003, de compra de alimentos da agricultura familiar e destinação à população em risco alimentar, redes de assistência social e pública, prevê uma modalidade diretamente vinculada à produção agroecológica – a de doação simultânea. O orçamento, que já sofre quedas desde 2015, teve dotação orçamentaria para 2018 de cerca de R\$ 200 milhões. Com isso, não apenas produtores de alimentos agroecológicos e de base orgânica são afetados pela fragilização da política pública, como também os beneficiários diretos, como usuários de restaurantes populares, estudantes de escolas públicas e outros grupos que se encontram em situação de risco alimentar.

Segundo o secretário executivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Denis Monteiro, os agricultores familiares apresentaram para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) projetos que totalizam R\$ 295 milhões para venda de alimentos para a Companhia, via modalidade de doação simultânea. No entanto, a empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) disponibilizou para 2018 apenas R\$ 22 milhões, restringindo ao atendimento de menos de 10% da demanda da agricultura familiar.

De efeitos em escala, a redução do orçamento e extinção/fragilização das estruturas de atendimento ao campo impacta diretamente as ações destinadas às comunidades quilombolas, à assistência técnica e extensão rural, educação no campo, construção de cisternas e realização da reforma agrária. “Há um desmonte acelerado das políticas para agricultura familiar”, afirma Denis.

Vale salientar que os recentes cortes em políticas públicas já são decorrentes da medida de congelamento dos gastos por 20 anos (Emenda Constitucional 95), adotada pelo Governo Temer, que vai diminuir cada vez mais os benefícios sociais, como o Programa Bolsa Família. O Programa perdeu mais de R\$ 3 bilhões na sua dotação orçamentária, caindo de R\$ 29,7 bilhões em 2017 para R\$ 26,5 bilhões em 2018, uma redução de 12%. Já os recursos da área de segurança alimentar e nutricional caíram de R\$ 736,3 milhões em 2017 para R\$ 119,4 milhões em 2018, uma queda de 84%. (Fonte: CNBB – 03/11/2017). Sem falar das perdas de direitos que virão da reforma trabalhista, já aprovada, e da proposta de mudanças na previdência que está em curso. Todo esse retrocesso produzido no governo Temer tem plena manutenção e até ampliação no governo Bolsonaro.

O resultado disso é o aumento da desigualdade no Brasil que, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, é a maior em sete anos. O índice de Gini, que mede a desigualdade numa escala de 0 a 1, subiu de 0,6156 no terceiro trimestre de 2018 para 0,6259 no quarto trimestre do ano – quanto mais perto de 1, maior é a concentração renda. Do ponto de vista da renda domiciliar per capita, a desigualdade atingiu o maior patamar desde 2012, início da série histórica. A dificuldade de trabalhadores menos qualificados aumentarem seus rendimentos e a dinâmica de reajuste do salário mínimo também são fatores contributivos para explicar a situação. (Dados do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas – publicado no Boletim diário do LinkedIn em 26/02/19).

CONTEXTO ESTADUAL

c) Desequilíbrio fiscal-financeiro no Estado do RN

Ao longo desses três anos, o Estado tem vivido uma severa crise, com mais gravidade na segurança pública e no setor financeiro, que tem repercutido no aumento da criminalidade, greve nas polícias e, principalmente, no atraso do salário dos servidores públicos e no pagamento de fornecedores. Contraditoriamente, em meio à crise, o orçamento dos Poderes Judiciário e Legislativo cresceu mais do que o dobro que o destinado ao Executivo - prejudicando áreas vitais como a saúde, educação, assistência social e a segurança pública.

Eleita em 2018, a governadora do PT, Fátima Bezerra, recebeu o Estado com um déficit orçamentário de R\$ 2,57 bilhões, sendo R\$ 420 milhões em salários, R\$ 1,3 bilhão com fornecedores, R\$ 120 milhões referentes a pagamentos de empréstimos consignados, R\$ 100 milhões de repasses aos outros poderes e R\$ 70 milhões de precatórios não pagos em 2018. Frente a esse quadro, a governadora adotou, como primeira medida, o pedido de calamidade financeira para tentar resolver o déficit financeiro. (fonte: G1 RN – 02/01/19).

Contraditoriamente, em meio a toda essa crise do Estado, inclusive dos salários atrasados e 13º do funcionalismo, referentes a 2017/2018, a Assembleia legislativa do RN, num gesto de oportunismo e de enfraquecimento do governo, aprovou a lei que garante adicional de férias e pagamento de 13º salários para os deputados potiguares - retroativos a 2015. Como Fátima Bezerra não vetou e nem sancionou a norma dentro do prazo definido, a Assembleia promulgou-a sem a necessidade de sanção, como prevê a Lei. (Fonte: G1 RN – 23/03/19).

Mesmo assim, o governo Fátima é depositário de muitas esperanças e sonhos das populações pobres e da classe trabalhadora do RN. Suas primeiras medidas apontam para um governo de colisão e conciliação de classes, repetindo a experiência do modo lulista de governar. Tem expressado o desejo de dialogar com todos os segmentos da sociedade, porém, os setores empresariais do Estado têm exigido medidas que melhorem seus rendimentos e acumulações, como por exemplo, redução da carga tributária do Estado e menos atuação dos órgãos ambientais, mostrando, assim, que estes setores estão preocupados apenas com seus interesses.

Os setores populares do RN mantêm a expectativa de um diálogo e aberto com o novo governo, inclusive na possibilidade da retomada de ações de convivência com o semiárido, envolvendo as tecnologias sociais, pensadas e implementadas pela ASA; fortalecimento da agricultura familiar; da economia solidária; e da gestão participativa das águas, inclusive das águas subterrâneas e superficiais que estão em disputa pelo agronegócio.

Na contramão da crise, o RN destaca-se, em nível nacional, como o grande provedor de energia eólica do Brasil, apesar de sua pequena extensão territorial, respondendo por 34% de toda a capacidade instalada no país. São 81 parques eólicos em operação, 22 em construção e outros 77 já autorizados. (Fonte: Revista IstoÉ – 12/01/18). Vale destacar, que os parques eólicos, em sua maioria, estão instalados em áreas rurais e trazem benefícios para a comunidade, como também, alguns danos para o meio ambiente e a vida da comunidade. Inclusive esta matéria foi objeto de estudo e pesquisa científica realizada pelo técnico do Seapac, em sua tese de conclusão de curso de especialização em geoprocessamento e análise ambiental, pela UFRN, em 2018, cuja área de investigação concentrou-se nos parques eólicos na região serrana do Seridó – no município de Bodó.

d) Das consequências da seca ao inverno de transição no RN:

Segundo levantamento da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (Emparn), o ano pluviométrico de 2018 apresentou a melhor média chuvosa dos últimos 7 anos. O acumulado entre os meses de janeiro a julho/18 ficou em 734,6mm, bem próximo à média esperada que é de 758,3mm. Embora tenha havido uma melhora, as chuvas não foram regulares em todas as regiões do Estado. De acordo com o meteorologista da Emparn, Gilmar Bristot, “o volume de chuvas registradas no ano possibilitou a recuperação parcial do volume armazenado nos principais reservatórios do RN, amenizando de forma significativa o problema do abastecimento de água em alguns municípios do Estado”.

Os dados revelam que apenas duas microrregiões alcançaram chuvas acima da média – Macau (53%) e Médio-Oeste (20,2%). Enquanto que as demais ficaram abaixo da média esperada, como é o caso das microrregiões da Serra de São Miguel (-19,3%), Seridó Oriental (-13,3%), Borborema Potiguar (-16,4%) e o Agreste Potiguar (-16,0%). (Site da Emparn – www.emparn.rn.gov.br em 18/01/19).

Mesmo com esse inverno de transição, o governo do Estado prorroga, já em março/19, o 13º decreto de situação de emergência pela seca, por mais 180 dias, abrangendo 148 cidades, o que representa 88% dos municípios potiguares. A situação de emergência facilita o trâmite dos processos que envolvem obras e serviços que minimizam os impactos causados pela escassez de chuvas. Apesar de ter havido uma melhora, em 2018, o relatório da CAERN mostra que dos 151 municípios abastecidos pelo sistema da companhia, 92 estão em rodízio e 05 em situação de colapso, sendo a situação mais crítica na microrregião do Alto-Oeste, onde os reservatórios estão com baixo volume hídrico. (Por G1 RN, 11/03/19).

Apesar da situação de normalidade pluviométrica que ocorreu na metade das cidades ao longo do ano passado, um dos efeitos levados em consideração pelo governo para a renovação do decreto foram as perdas

financeiras que o estado acumulou. Na lavoura e pecuária, por exemplo, os prejuízos somaram R\$ 2,5 bilhões em 2018. (Dados do Jornal Folha Regional – 12/03/19). Segundo os dados da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca (Sape), a escassez hídrica vem causando perdas de receitas de mais de R\$ 4,3 bilhões por ano aos cofres públicos, o que representa uma redução superior a 50% na contribuição do setor rural para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado.

De acordo com informações do Instituto de Gestão das Águas do RN - IGARN, as reservas hídricas do Estado, em janeiro de 2019, encontram-se com 21,7% de sua capacidade de armazenamento. Em números absolutos, representa 960 milhões de m³ de água disponíveis em 47 reservatórios que abastecem os municípios do RN, monitorados pelo IGARN. Os reservatórios possuem capacidade acima de 5 milhões de m³ e, destes, 07 ainda estão em volume morto e 08 estão completamente secos. (Jornal Tribuna do Norte, 4/1/19). Os prognósticos climáticos apontam que este ano (2019) o período da quadra chuvosa, no RN, será de chuva normal ou acima do normal. (Fonte: Agora Jornal RN – ed. 513 de 18/01/19).

Esse quadro apresentado mostra que apesar das chuvas caídas em 2018 os nossos reservatórios tiveram pouca recarga em decorrência do longo período sem acumular água suficiente para atender as demandas de múltiplos usos. Do volume total de água acumulada nos 47 reservatórios do RN, 50% estão concentradas na barragem Armando Ribeiro. Isto significa que, além dos nossos rios serem intermitentes, 50% das águas disponíveis estão localizadas em única região, dificultando ou até impedindo o seu acesso para as demais regiões do Estado. Por esta razão, o decreto de emergência é um instrumento que reconhece o nível de escassez e de democratização da água no Estado.

2.2 Como essas mudanças influenciaram a realização do projeto e o alcance de seus objetivos:

Avaliando o contexto nacional e estadual, explicitado acima, podemos afirmar que foram necessários ajustes na dinâmica de execução do projeto trienal, para impactar o mínimo possível os objetivos do projeto.

No decorrer deste trienal houve profunda redução dos recursos governamentais e privados para a execução dos programas de convivência com o semiárido que fortalecia os agricultores familiares e suas organizações, público de atuação do Seapac.

Nesse contexto, de poucos recursos foram necessárias muitas articulações, discussões e consensos para manter o processo de ações nas comunidades, com suas participações e expectativas, pois o grau de insatisfação e de incertezas produziu vazios de participação e desesperança com relação às conquistas que estavam planejadas. Os esforços foram redobrados para que os objetivos do projeto não sofressem impactos negativos e desestimuladores junto às comunidades e ao próprio Seapac.

Juntando-se a isto, ocorreu um processo de disputa, divergências e conflitos, a favor e contra o governo, provocando a quebra de unidade e de organicidade dentro das associações, movimentos sociais, sindicais e de diversas redes de organizações da sociedade civil. Estimuladas pela imprensa que criminaliza, julga e pune antecipadamente, e pelas redes sociais midiáticas, desencadeou-se uma combinação de efeitos que tornou o ambiente político e social confuso e deixou a população indignada e desesperançosa.

Estes fatos dificultaram os trabalhos comunitários, abrindo espaço para questionamentos sobre nosso posicionamento institucional e político. Inclusive, em muitos casos, fomos interrogados de que lado estávamos! Ou seja, criou-se, neste cenário, uma espécie de divisão da sociedade entre o bem e o mal.

Outro elemento que influenciou o resultado do projeto foi o inverno de transição (2018) que trouxe disponibilidade de água para recarga das cisternas nas comunidades rurais, por meio da captação de águas

das chuvas, melhorando a segurança hídrica e a qualidade de vida das populações rurais. Ao mesmo tempo, possibilitou acúmulo de água nas cisternas calçadão e de enxurrada, e nos barreiros trincheiras, servindo para retomada parcial da implantação e manutenção de quintais produtivos, gerando alimentos para soberania, segurança alimentar e nutricional, além de renda para as famílias.

Mudanças na vida dos grupos beneficiários

Apesar do cenário político e econômico ser desfavorável e confuso para a defesa, conquista e manutenção de direitos, houve um conjunto de avanços relevantes para o fortalecimento dos Grupos de Base, tais como:

- Elaboração de 42 projetos – socioambientais e de economia solidária – pelo Seapac, em parceria com o Projeto RN Sustentável, que estão em processo de execução, por entidades parceiras, produzindo importantes resultados econômicos, sociais e organizativos nas comunidades;
- Novos conhecimentos que se traduziram em novas práticas e nova consciência, especialmente com relação ao cuidado com o meio ambiente, tendo como principal bem a água, essencial à vida, mas bastante escasso na região semiárida;
- Conquista de direitos às políticas de assistência social. Vale ressaltar que a forte incidência do Seapac na defesa e apoio à manutenção e respeito aos direitos das populações mais vulneráveis foi crucial para essas conquistas;
- Assessoria sociojurídica a grupos urbanos e rurais para reverter casos de negação de direitos, desde o acesso a: documentos civis; medicamentos gratuitos; inclusão no programa Bolsa Família; benefícios de proteção continuada; tarifas sociais; alvará de soltura de jovem negro encarcerado; auxílio doença; entre outros;
- Manutenção e ampliação de novas UPFs nas comunidades, atendendo diretamente aos agricultores familiares de base agroecológica;
- Implantação de tecnologias de convivência com o semiárido, envolvendo cisternas para consumo humano e produção de alimentos, em diversas comunidades rurais acompanhadas pelo Seapac;
- Processo de mobilização e formação de 50 famílias atingidas pela barragem Oiticica em temáticas socioambientais, justiça de gênero, agroecologia, associativismo, direitos e garantias fundamentais;
- Usuários de águas participando dos processos decisórios de alocação de água e fazendo controle da gestão e uso da água nos reservatórios e nas calhas dos rios;

No entanto, ocorreram impactos negativos nas vidas dos grupos de base, em decorrência do contexto políticoeconômico e hidrológico, como por exemplo:

- A diminuição do poder de compra das famílias e a redução da produção agropecuária, em decorrência dos cortes nos programas de convivência com o semiárido, voltados para agricultura familiar (PRONAF, CONAB/Compra Direta, Programa de Cisternas);
- Paralisação econômica, que se reflete diretamente na vida da população com o aumento do desemprego, corrosão da renda, inflação e um pessimismo generalizado, afetando os investimentos;
- a reforma trabalhista com a forte flexibilização das relações de trabalho; a PEC 95 (redução dos gastos); a MP 871 mexeram com a realidade social e econômica da população, com reflexos diretos nos direitos assistenciais, previdenciários e trabalhistas, com modificações de critérios e prazos que prejudicam os trabalhadores rurais e urbanos, as pessoas idosas e com incapacidades para o trabalho; aumentando o grau de pobreza, de transtornos psicossociais, principalmente no público mais vulnerável;
- a redução da oferta de água para abastecimento humano e o produtivo gerou menos qualidade de vida e renda. Muitas UPFs perderam a oportunidade de continuar comercializando sua produção e,

ao mesmo tempo, de ampliar sua renda. Porém, a base organizativa e produtiva das UPFs continuou em funcionamento, demonstrando o interesse e o compromisso com o sistema agroecológico.

Nesse contexto de avanços e desafios constatou-se um forte movimento em torno da defesa da convivência com o semiárido, tendo como centralidade o acesso à água e às políticas públicas sociais. Nessa perspectiva, as organizações de base (fóruns e associações), especialmente nos locais mais afetados pela seca, fizeram um processo de mobilização que ultrapassou fronteiras entre os municípios, pelo direito à água de qualidade para suas necessidades, surgindo aí um sentimento de solidariedade e compartilhamento de forças para pressionar os agentes públicos (municipal e estadual) em busca da resolução da situação hídrica. Essa mobilização resultou na reivindicação de manutenção dos programas P1MC e P1+2, Cisternas nas Escolas, Perfuração de Poços, mini-adutoras, PAA – Alimentos, PNAE, etc., porém, os resultados foram bem aquém dos resultados, tendo em vista a natureza do governo pós-golpe e atual.

Cabe ressaltar que a partir do ano de 2018 e início de 2019 houve um novo alento às famílias, pois em muitas áreas as cisternas transbordaram e mantiveram a produção dos quintais, gerando soberania e segurança alimentar e hídrica temporários.

Percebe-se que, em meio a esses desafios, cresceu a capacidade de famílias e grupos de se reinventarem, de fortalecerem os laços de proximidade, de troca e de resgate da cultura da solidariedade e parceria entre eles, como forma de se manterem no espaço rural. Nessa visão, o Seapac procurou reforçar essas práticas comunitárias, por meio de atividades de campo, priorizando a criatividade e o protagonismo dos grupos de base, sendo eles os promotores das experiências e os disseminadores dos saberes.

2.3 Mudanças importantes na organização parceira

Destacamos, como mudanças mais impactantes, durante todo o trienal:

- Adequações no quadro de pessoal e no setor de desenvolvimento institucional. Conforme previsto no projeto trienal, foi realizado o processo seletivo para contratação de um profissional na área de captação de recursos, cuja escolha foi assessorada pelo CAIS, na pessoa do técnico Luiz Donádio. A contratação se deu em setembro/2017, nos termos do contrato Seapac/Misereor e, a partir daí, começamos a execução do Plano de captação e a reestruturação da Comunicação do Seapac;
- Realização de dois convênios de concessão de estágios, sendo um com o SERTA (Serviço de Tecnologia Alternativa), uma organização da sociedade civil de interesse público, que desenvolve formação contextualizada com jovens, educadores e familiares por meio da proposta educacional de apoio ao desenvolvimento sustentável, no estado de Pernambuco; e outro com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Foram incorporados quatro jovens estagiários à equipe do Seapac, sendo três do curso técnico de agroecologia e uma do curso de comunicação. Três deles vivem da agricultura e moram na zona rural do Trairi, onde desenvolveram um trabalho prático na área de produção agroecológica, junto às famílias das Unidades Produtivas Familiares (UPFs), no município de Lajes Pintadas, sob a coordenação da equipe do Seapac. Já a aluna de comunicação somou-se à equipe de desenvolvimento institucional, contribuindo na área de captação e comunicação;
- Entre o segundo e terceiro anos de execução do trienal, foi iniciado um processo de negociação com uma empresa privada, a Echoenergia – administradora de parques eólicos no Rio Grande do Norte, visando ao apoio de projeto de desenvolvimento social, com enfoque em formação e desenvolvimento associativo, a ser realizado na região da Serra de Santana, município de Lagoa Nova, onde a empresa desenvolve a

implantação de parques de energia eólica, e onde deve executar recursos e ações de compensação socioambiental. O projeto foi aprovado e será executado no primeiro ano do novo trienal (2019). Trata-se de um projeto experimental, envolvendo uma empresa cuja atividade, apesar de ser geradora de energia limpa, traz impactos ambientais incidindo tanto no ambiente quanto na vida das pessoas que lá habitam.

O Seapac tem consciência dos desafios e riscos que essa parceria representa. Por essa razão, durante o processo de negociação com a empresa, cuidou de si apropriar, via estudo de caso, dos problemas decorrentes dessa atividade econômica, evidenciando para a empresa parceira os elementos e valores éticos que guiarão tanto a concepção quanto a execução do projeto. (Vide pesquisa em anexo).

3. ALCANCE DOS OBJETIVOS E EXECUÇÃO DO PROJETO

Aqui, faremos um resgate dos principais resultados e efeitos, em cada Linha de Ação, produzidos no decorrer do primeiro ano do Projeto Trienal abril de 2016 a março de 2019:

LINHA 1: CONVIVENCIA COM O SEMIÁRIDO

Objetivo 1: Agricultores familiares do semiárido potiguar garantem sua segurança alimentar e o aumento da renda familiar ampliando a capacidade de armazenamento de água, produzindo e consumindo alimentos agroecológicos.

Indicador 1.1 Pelo menos 300 novas famílias implantam tecnologia de captação de água para produção de alimentos e, pelo menos 500 famílias têm acesso a cisternas para consumo humano na área de atuação do Seapac

No início do projeto trienal (2016) tínhamos 18 mil famílias com suas cisternas da 1ª água – para consumo humano e 1.087 famílias com as tecnologias da 2ª água – para produção de alimentos e dessedentação dos animais, visando à soberania e segurança alimentar. Havia ainda uma demanda no Estado do RN de aproximadamente 45 mil cisternas da 1ª água e de 80 mil tecnologias da 2ª água, representando 125 mil famílias rurais sem acesso a esses equipamentos de captação e armazenamento de água.

O indicador acima previa que 500 famílias teriam acesso a cisternas para consumo humano. Ao final do trienal aumentamos essa meta para 918 com suas cisternas, representando um acréscimo de 418 cisternas a mais – o equivalente a 84% a mais da meta estabelecida. Em relação as 300 tecnologias de captação de água para produção de alimentos, foram implementadas até o final do terceiro ano, 257 tecnologias, representando 86% da meta total. Esta meta não foi plenamente atendida em função da mudança de prioridade do governo federal em lançar editais que atendessem à demanda da população sem acesso a água para consumo humano. Além disso, a demora no julgamento do edital, que culminou no contrato 058/2018, impactando o seu início de execução, influenciaram no alcance das metas estabelecidas.

Contudo, foram acrescentadas 93 cisternas em Escolas Rurais, com capacidade de 54 mil litros, para consumo humano e funcionamento das Escolas, atendendo a 3.129 alunos.

Mesmo considerando os transtornos acima explicitados, avaliamos que o indicador acima alcançou a meta planejada.

Durante todo o período do trienal, reforçamos a luta pelo acesso à água para consumo humano e, também, atuamos na organização e capacitação das famílias em torno do uso sustentável da água e solo, e das técnicas de produção de base agroecológica. Foi realizado um conjunto de atividades – cursos, intercâmbios, dias de campo, reuniões, encontros – contribuindo para estimular e animar as famílias a continuarem com seus processos produtivos, se ajudando, partilhando suas sementes, seus saberes e práticas; e também para a manutenção da dinâmica de acompanhamento às Unidades Familiares. Essa pedagogia serviu para fortalecer

e aproximar mais as famílias, aumentando a capacidade de resiliência diante da gravidade da seca na região semiárida.

Nesse contexto, obtivemos resultados e efeitos que têm perpassado os desafios constantes e se mantido no percorrer dos três anos do trienal. Vejamos:

- **918 famílias** tiveram acesso a uma cisterna de 16 mil litros para captação de água para consumo humano, o que significa o armazenamento de **14.688 mil litros de água de qualidade** ao redor de suas residências, seja captados da chuva ou do abastecimento pelos carros-pipa;
- A chegada dessas cisternas ampliou o estoque de água em quantidade e qualidade, disponíveis na zona rural, constituindo-se em mais uma tecnologia alternativa de adaptação às mudanças climáticas e efeitos da estiagem vivenciada nos últimos 7 anos;
- As 918 cisternas beneficiaram **325 comunidades rurais de 11 (onze) municípios** do Seridó: Tenente Laurentino Cruz, Caicó, Jardim de Piranhas, Acari, Cruzeta, Parelhas, Jucurutu, Santana do Seridó, São José do Seridó, Ouro Branco e São Vicente;
- **257 famílias** com acesso às tecnologias sociais da 2ª água (128 cisternas calçadão, 19 barreiros trincheiras e 110 cisternas de enxurrada), para fortalecer e dinamizar as Unidades de Produção Familiar de base agroecológica;
- Foram beneficiadas **28 comunidades rurais em 3 municípios (Serra Caiada, Lajes Pintadas e Currais Novos)**;

“Para ter água para produção e os animais é preciso poupar muito. Deveria ter outras fontes de água. Tem os carros-pipa para abastecer as cisternas para consumo humano e a água das chuvas. Só no começo desse ano (2019) já choveu 112mm na comunidade. Se tivesse mais tecnologias sociais não faltava água para todos os usos, na comunidade.” (Depoimento do agricultor Pedro Giliard – comunid. Catolé – Lajes Pintadas).
- **257 pessoas capacitadas** em práticas sustentáveis na produção dos alimentos de base agroecológica; gerenciamento sustentável da água e seus reservatórios; na produção de defensivos naturais para combate às pragas; e técnicas de manejo sustentável do solo;
- O processo de formação que envolveu as **257 famílias** beneficiadas pelas tecnologias da 2ª água (P1+2), contribuiu para difundir a importância do uso sustentável da água no período de escassez hídrica, na produção de alimentos saudáveis e sem agrotóxicos, ampliando seus conhecimentos e práticas produtivas aliada à preservação do meio ambiente;
- **903 pessoas capacitadas em gerenciamento de recursos hídricos - GRH**, conhecendo a importância da captação e do manejo da água de chuva para a melhoria das condições de vida familiar; as relações políticas entre a Sociedade civil e o Estado, com ênfase nos modelos de desenvolvimento implantados na região semiárida; as características naturais da região semiárida e as práticas de convivência sustentável na região. A formação em GRH é direcionada às famílias que receberam as cisternas da 1ª água (P1MC) próprias para captação de água para o consumo da família;

- **93 escolas rurais com cisternas de 54 mil litros** implementadas, facilitando a captação e armazenamento de água, de boa qualidade, e garantindo a frequência escolar do alunado, que não precisa mais voltar para suas casas por falta de água. Foram **contemplados 17 municípios**, sendo 9 na região do Seridó e 8 na região do Trairi;
- **1.869 pessoas**, envolvendo professores, merendeiras, gestores escolares, alunos, pais e lideranças comunitárias, **mobilizadas, sensibilizadas em torno da discussão acerca do direito à água**, bem como da proposta de educação contextualizada nas escolas rurais, como pedagogia fundamental e estratégica para transformar e aproximar escola e comunidade;
- **383 pessoas** (entre professores, alunos, funcionários das escolas e poder público municipal), **com um novo olhar para a educação no campo**, a partir das oficinas de educação contextualizada, permitindo-se reconstruir a imagem do campo como um lugar de vida, resistência e possibilidades como prática pedagógica que dialoga com a realidade, aproximando o alunado e o corpo docente do contexto em que vivem.

Indicador 1.2 Pelo menos 45 Unidades Produtivas Familiares estão em processo avançado de transição agroecológica e comercializam a produção excedente e pelo menos 45 novas famílias inseridas no processo de transição agroecológica

Começamos com 45 famílias em processo de transição agroecológica e, ao final do projeto, chegamos a 110 Unidades Produtivas familiares (UPFs), das quais 75 já foram identificadas, mapeadas, implantadas e estão sendo acompanhadas; e 35 estão identificadas, mapeadas e em processo de implantação. Este cenário nos dá condições para avaliar como positiva o alcance da meta prevista no indicador.

Durante todo o período do trienal, as UPFs foram priorizadas, mesmo diante da dura estiagem que comprometeu o processo produtivo, porém, foi possível manter o processo de formação das famílias, com troca de conhecimentos relativos ao manejo sustentável do solo, da água e da produção, promovendo dias de campo e intercâmbios entre elas. Inclusive, em 2018, intensificamos mais ainda a metodologia “do fazer prático”, valorizando o saber dos agricultores, troca de sementes e a experimentação diária daquilo que foi construído nos momentos de capacitação. Isso ajudou as famílias a suportarem as dificuldades decorrentes da seca, acumular experiências e se prepararem para aplicar um novo jeito de produzir com base na transição agroecológica.

Outras estratégias viáveis para suprir os impactos da estiagem foram o reúso de águas servidas para irrigação das hortas e fruteiras e a criação de pequenos animais em substituição ao cultivo agrícola, visto que estes necessitam de menos água para sua manutenção. Em alguns setores, existem famílias que dispõem de poços artesianos e água armazenada em cisternas calçadão (P1+2), que garantiram a produção nos quintais, sem muito prejuízo, embora tenha se notado que o que produziram foi muito mais para o consumo próprio, não havendo excedente para a comercialização. As famílias que optaram pela criação de pequenos animais tiveram mais êxito com as vendas de produtos de origem animal (carne, ovos, leite, mel), no mercado local.

No entanto, com o período mais chuvoso, em 2018 e início de 2019, cria-se, novamente, a expectativa da retomada da atividade agrícola pelos camponeses, oportunizando o fortalecimento da produção, a ampliação da renda e o retorno da esperança de geração da soberania e segurança alimentar de quem vive da agricultura. Neste ano de 2019 existe a expectativa, a partir das chuvas já caídas, que a produção familiar possa gerar excedentes para comercialização de hortaliças e frutas, como aconteceu parcialmente em 2018.

No período, destacam-se os principais efeitos/resultados:

- 75 Unidades familiares (UPFs) com práticas de produção agroecológica e diversidade de atividades em seus quintais, como: produção de hortaliças, frutas, palma forrageira, criação de galinha caipira, codorna e abelhas, entre outras;
- Essas 75 UPFs estão em processo de produção em transição agroecológica, aplicando em suas práticas princípios agroecológicos, sendo possível perceber mudanças de atitudes como aproveitamento dos quintais, diversificação de seus sistemas de produção, implantação de culturas resistentes à seca, reúso de água, eliminação do uso dos agrotóxicos e uso dos defensivos naturais
- 35 UPFs identificadas e mapeadas, apresentam viabilidade produtiva, o que será melhor constatado a partir da implantação final e acompanhamento sistemático;
- Foi avaliado, no final do trienal, que em torno de 55% das famílias acompanhadas tiveram mudanças de hábitos alimentares saudáveis, inclusive algumas passaram a produzir seus próprios temperos, vindos dos seus quintais;
- Das 75 famílias identificadas, mapeadas e acompanhadas, todas estão produzindo para soberania e segurança alimentar (para consumo próprio) e, destas, 20 ainda conseguiram sustentar a produção tanto para consumo quanto para a comercialização, impactando a renda familiar, seja pela comercialização, seja por não precisar comprar seus produtos no mercado externo;

“Tudo que se planta no quintal a gente consome e ainda vende. O quintal dá renda para duas famílias. Depois da orientação do Seapac aumentamos os tipos de espécies no quintal; aprendemos a fazer o sistema de quebra-vento e diminuimos o gasto de energia e água na produção”, declara dona Francisca Cláudia – UPF da comunidade Bonito do Acampamento – São Miguel.

- Nove famílias (UPFs), em São Miguel, ampliaram sua produção e passaram a comercializar uma variedade de produtos na feira agroecológica do município, às quartas e sábados, agregando mais valor à mercadoria por ser saudável e livre de agrotóxicos. Quatro delas já conseguem uma renda bruta entre R\$ 800 a R\$ 1.000 reais por semana;

“Antes da feira eu vendia os produtos para o PNAE e de porta em porta. Com o conhecimento que eu tinha e o que aprendi depois que comecei a participar das atividades do Seapac, eu aumentei a produção. Antes eu comercializava a polpa de frutas e a banana. Hoje, já são mais de 10 produtos que eu levo para a feira agroecológica – nas quartas e sábados. Na feira dos sábados já cheguei a apurar até R\$ 1.000 reais.” (Depoimento de Romildo Pinheiro – UPF do sítio Açudinho – São Miguel).

- Doze UPFs conseguiram a Declaração de Produtor Orgânico, conferida pelo Ministério do Meio Ambiente – MAPA, agregando valor aos seus produtos e atraindo mais ainda o consumidor. Antes, o Seapac fez todos os cadastros das famílias e organizou todo o processo para o MAPA. Foram definidas as regras – definindo o que pode e o que não pode ser utilizado na produção orgânica e na comercialização. Todos os produtores assinaram o termo de compromisso mútuo de qualidade da produção agroecológica;

- Duas UPFs iniciaram, em 2017, e mantêm o cultivo e resgate da cultura de plantas medicinais em seus quintais, produzindo remédios caseiros para uso familiar. A perspectiva é aumentar o número de famílias que produzam plantas medicinais nas comunidades Cantinho e Conceição – município de Encanto;
- Na ação das UPFs identifica-se o protagonismo de 07 mulheres no processo produtivo e na gestão da unidade produtiva familiar, gerando um incremento da renda das mulheres e melhoria nas relações de gênero no convívio familiar;
- Ampliação de práticas de reúso de águas cinzas, de forma rudimentar, para irrigação da produção de fruteiras. Antes, a água era totalmente desperdiçada e agora as famílias aprenderem a reutilizá-la, mesmo que de forma simplificada, potencializando as condições de irrigação de seus quintais. Verifica-se que a maioria das famílias está fazendo esse reaproveitamento da água de uso doméstico para seus quintais;

“Antes, a gente desperdiçava a água que usava na pia e no banheiro. Construímos um sistema de reúso simples, aproveitando essas águas para aguar as fruteiras no quintal de casa e deu muito certo.” (Depoimento da família José Luiz da Silva, da comunidade Catolé – Lajes Pintadas).
- Com o reúso de águas, uma das Unidades Familiares inseriu a produção de “moringa” em seu quintal e, hoje, possui mais de 100 mudas, faz o processamento da planta e vende em redes de comercialização – bodega agroecológica e rede xique-xique – gerando uma renda extra de R\$ 500,00/mês. Outra, com dois anos de reúso, já conseguiu tirar quase 10 safras de acerola, além do capim para os animais e outras frutas para consumo familiar;
- A UPF de Jacó e Berenice, na comunidade Oiticica-Patu, manteve e aumentou a produção em seu quintal, inclusive tem crescido o cultivo de banana o que tem ajudado bastante na alimentação da família. Esse sistema é irrigado com água de reúso e com a água que vem da comunidade;
- 26 (vinte e seis) famílias receberam formação contínua, com atividades de campo – teoria e prática - promovendo o intercâmbio de práticas, mudas e experiências entre elas, do aprendizado coletivo, além da troca de saberes científico e popular, apresentando maior sensibilidade para a produção em transição agroecológica, passando a experimentar e adotar o que aprenderem em seus processos produtivos, melhorando as práticas de manejo do solo, de controle das pragas com uso de defensivos naturais, aumentando a diversidade da produção e melhorando a qualidade de seus produtos;

O que mudou na vida da comunidade e das famílias? “aprendemos muitas coisas nos intercâmbios, tudo que a gente aprende experimenta na prática: a produção cresceu, transformamos o solo em terras produtivas; antes, limpávamos a terra queimando os matos, agora sabemos que o mato é adubo; não fazemos mais queimadas; aprendemos a fazer as caldas e a farinha de osso, para enriquecer o solo e combater as pragas, aproveitando-se as cascas de ovos, cinza de fogão – que antes eram jogadas fora. Aprendemos a fazer molho de jerimum; e perceber que sem o veneno, os produtos rendem mais e são mais gostosos. Com os quintais e os conhecimentos adquiridos, nós hoje só compramos o necessário. De 2012 pra cá, ninguém comprou mais ovos de granja, temos os nossos ovos caipiras. Depois das cisternas e dos quintais, mudamos a forma de plantar e o hábito alimentar. Tudo que a gente planta a gente come! Se a gente tivesse mais disponibilidade de água, a gente faria mais coisas com o que a gente

aprendeu até aqui!” (Depoimentos das 5 famílias de Catolé – durante a reunião de avaliação realizada pelo Seapac – em janeiro/19, na comunidade).

- Nos dias de campo e partilha de saberes e sabores, cinco famílias (UPFs) discutiram e definiram o valor de 13 produtos para comercialização, de acordo com os princípios da economia solidária. As famílias estão selecionando os produtos excedentes e disponíveis para venda e planejam alcançar mais consumidores no município de Lajes Pintadas, como as escolas, mercados, restaurantes, etc.;
- O quintal da UPF de Seu Antônio Faustino da Silva – da comunidade Catolé – possui mais de 18 tipos de plantas, incluindo fruteiras, hortaliças e forragem. O que era um campo de futebol hoje está coberto de plantas de grande, médio e pequeno porte, como recomenda o sistema agroflorestal. A família consome o que planta e vende para restaurantes, mercadinhos e a um grupo de 20 famílias do município de Lajes.

“Agora a minha esposa diz que a mesa é rica. Essa área era um campo de futebol e agora está coberto de plantas. Estou consumindo e vendendo e sobra dinheiro para comprar outras coisas que eu não planto. Hoje, o que vem de fora é somente sementes, o restante é produzido dentro do meu terreno”. (Depoimento do Sr. Antônio – UPF da comunidade Catolé – Lajes Pintadas)

- No processo de avaliação identificamos que, de fato, ocorreu maior integração entre as famílias das UPFs, por meio das práticas de intercâmbios entre as famílias de comunidades diferentes, gerando hábitos de reuniões coletivas, de partilha de alimentos, de sementes, e de experiências exitosas entre eles, fortalecendo os laços de solidariedade e a capacidade de resistência às consequências da seca;
- A Introdução da cultura da palma realizada em parceria do Seapac com a Emparn, apresentou êxito na região Oeste, inclusive com ampliação de plantio pelos agricultores. Porém, na região do Trairi, em decorrência da praga da cochonilha de carmim, tem provocado prejuízos e desestímulos dos agricultores por falta de uma política de Estado para combater essa praga. Foram distribuídas mais de 200 mil raquetes de palma para cultivo e alimentação do rebanho animal, beneficiando 956 famílias rurais do Oeste e Trairi. A palma é uma planta bastante resistente e apropriada para convivência com a seca, e consorciada com as outras espécies aumenta o teor proteico da ração dos animais, assegurando a sobrevivência e manutenção do rebanho;
- A UPF de Seu Zé Rosa recebeu 900 raquetes e hoje possui em torno de 4 mil raquetes de palma plantadas, próximo a sua casa na comunidade Cantinho – em Encanto. Além da palma ele plantou a leucena e a moringa, que são usadas para alimentar o seu rebanho de bovinos e ovinos. Com isso, ele pode aumentar o rebanho de ovinos – passando de 5 para 42 cabeças; como também a produção de leite. O ano passado o agricultor cortou 1/3 da palma para os animais, sendo suficiente para alimentar o rebanho no período mais crítico da estiagem (novembro de dezembro). Além disso, a plantação de palma foi ampliada observando as questões ambientais do local, com linhas que quebraram a força da água, de modo que evita a erosão do solo e, ainda, recuperou completamente áreas já degradadas.

LINHA 2: FORTALECIMENTO DE ORGANIZAÇÕES E FÓRUNS DA SOCIEDADE CIVIL

Objetivo 2: Organizações e Fóruns da sociedade civil qualificados e fortalecidos, por meio de processos políticopedagógicos, atuam em Rede e apoiam grupos de base na proposição e acesso às políticas públicas.

Indicador 2.1 Pelo menos 10 fóruns municipais consolidados/fortalecidos e atuando de forma efetiva e pelo menos 03 fóruns em processo de desenvolvimento.

A avaliação do triênio revela que este objetivo se manteve constante, ou seja, os fóruns permaneceram atentos às demandas das associações e das comunidades, porém, no último ano (2018) aumentou o sentimento de frustração da sociedade, com relação à situação sociopolítica e econômica instalada no país, gerando uma apatia, desmobilização, divisão e acirramento da sociedade, acentuando-se durante a campanha eleitoral de 2018. Esse comportamento afetou até os grupos de base, quebrando um pouco a dinâmica de reuniões e encontros das organizações sociais, provocando o distanciamento de algumas lideranças dos seus espaços de luta e reivindicações.

No primeiro trimestre de 2019 esse quadro foi aprofundado com o Decreto nº 9.759 de 11/04/2019 que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública, como por exemplo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar; Conselho Nacional de Meio Ambiente; Comissão Nacional de Combate à Desertificação; Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, entre outros. Inclusive com a tese de eliminar qualquer ativismo social e, em particular, o controle social sobre as políticas públicas, a partir da sociedade organizada.

De forma ainda tímida, mas já perceptível, começa um processo de reação dos espaços de organização da sociedade civil, principalmente reagindo contra os retrocessos do Estado Democrático de Direito, a perda de direitos, o desmonte da seguridade social e a destruição do capítulo da constituição que trata do contrato social. Por estes e outros fatores, podemos dizer que os estágios de evolução dos fóruns são muito instáveis. Geralmente sua dinâmica sofre avanços, recuos, retrocessos e, às vezes, torna-se apática diante da realidade na qual convive.

Diante desse cenário, os 13 Fóruns acompanhados pelo Seapac continuam em funcionamento, porém, 6 deles com reduzida dinâmica de atividade e em processo de reestruturação, de reanimação e mobilização para o enfrentamento dos desafios postos pelas decisões equivocadas do governo central – Bolsonaro – que avança na destruição das conquistas e de setores organizados da sociedade.

No que se refere aos Fóruns, entendemos que os objetivos foram alcançados, em parte. Percebemos que foi possível no fim do Trienal identificar Fóruns já consolidados, independentes, fortalecidos e qualificados e apresentando propostas bem articuladas. Outros, ainda com bastante dificuldade de mobilização e articulação, com forte dependência de assessoria externa para seu funcionamento regular e a incidência política.

Avaliando-se os efeitos, destacamos:

- Ao final do trienal temos 6 Fóruns consolidados - atuando de forma autônoma, com pauta própria e reuniões periódicas, conectados com as demandas das comunidades e associações rurais, inclusive atuando em parceria com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e os Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável, fortalecendo as pautas comuns de reivindicações das bases;
- 2 (dois) Fóruns (Lagoa Nova e São Miguel) em situação avançada de desenvolvimento, com boa capacidade de mobilização, articulação e incidência política nos seus municípios;

- 3 (três) Fóruns municipais (de Cerro Corá, Tenente Laurentino e Encanto) em desenvolvimento, ainda com fragilidades decorrentes da forte interferência do poder público local e, algumas vezes, dos próprios sindicatos de trabalhadores rurais;
- 2 (dois) Fóruns (Campo Redondo e Santa Cruz) com fragilidades no tocante à dinâmica de mobilização, organização, atividades e participação de associações rurais, com dependência de assessoria externa para seu funcionamento regular;
- O Fórum de Lagoa Nova conta com participação de 43% de jovens e mulheres e 70% das associações municipais. Tem uma atuação marcante no meio rural em defesa do direito à água, com expressão reconhecida na zona urbana. Criado em 2017, o Fórum realizou reuniões itinerantes nas comunidades e conseguiu atualizar e regularizar todas as 14 associações rurais. Porém, ainda necessita de apoio e assessoria do Seapac para fortalecer sua capacidade de incidência política e o enfrentamento de conflitos ou negociações com o poder público;
- Criação de grupos de WhatsApp para facilitar a comunicação entre os membros dos fóruns, facilitando a mobilização, o contato e planejamento das pautas, horários e locais das atividades;
- Envolvimento do Fórum de São Miguel na sensibilização das associações para participação efetiva de suas atividades. Hoje, existem 15 associações sensibilizadas e articuladas, motivadas a participarem e construir novas estratégias de desenvolvimento local sustentável. O Fórum conseguiu um espaço na rádio comunitária do município, aumentando sua visibilidade e a capacidade de comunicação com as lideranças de base;
- Incidência do Fórum de Lajes Pintadas no controle social da política de convivência com o semiárido, reunindo-se periodicamente, discutindo e acompanhando a execução do programa de cisternas;
- Participação expressiva de mulheres no Fórum de associações de Jaçanã, sendo coordenado e formado majoritariamente por mulheres trabalhadoras rurais. O Fórum atua em parceria com o Sindicato de Trabalhadores Rurais e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, sendo uma referência, no município, nos debates e lutas em defesa dos direitos e das políticas públicas para a população rural;
- Mobilização e articulação do Fórum do Campo de Caicó em defesa dos serviços básicos de saúde para zona rural.

Indicador 2.2 Ampliação do número de proposições para políticas públicas e ações de controle social desenvolvidas a partir da atuação dos fóruns e ampliação do acesso a Políticas Públicas conquistadas

Conforme dissemos anteriormente, no último ano (2018) os Fóruns sofreram redução em suas atividades de funcionamento e de atuação política, em decorrência dos efeitos da conjuntura atual, que têm contribuído para a fragmentação e fragilização de canais de participação da sociedade.

Nas visitas de avaliação constatamos a dificuldade de mobilização dos Fóruns diante da situação imposta pelo governo, principalmente com relação à perda de direitos trabalhistas e previdenciários, e o desmonte das políticas públicas voltadas para agricultura familiar. Embora se perceba que cresce o desejo de continuarem organizados, atentos e defendendo a manutenção dos direitos e das políticas públicas.

No decorrer do trienal observou-se um esvaziamento desses espaços, porém, o Seapac utilizou estratégias de mobilização e de reuniões descentralizadas, envolvendo as comunidades e associações, retomando as pautas de controle social, de proposição e acesso a políticas públicas, a partir de suas demandas prioritárias.

Em diálogo com os Fóruns, avaliamos e identificamos os principais avanços em relação as suas pautas de reivindicações durante o triênio:

- Acesso e implantação de 11 projetos de abastecimento d'água envolvendo diversas comunidades rurais de Patu e Messias Targino (iniciados em 2014), com investimento diretamente gerenciado pelos agricultores familiares. Todos os projetos já foram implementados e estão em funcionamento;
- A expressiva atuação do Fórum de associações de Lagoa Nova despertou interesse de representantes da empresa de energia eólica, Echenergia, que abriu um diálogo com as lideranças a fim de investir em formação e fortalecimento do Fórum. Foi elaborada uma proposta de projeto para formação/capacitação das lideranças e associações, o qual será executado a partir do 2º trimestre/19;
- Com a mobilização e boa articulação do Fórum houve melhorias em relação ao serviço de saúde na zona rural e no programa de corte de terras, no município de Lagoa Nova;

“Fizemos o diagnóstico das comunidades rurais e descobrimos as deficiências na saúde. Nos mobilizamos e fomos atrás das políticas de saúde e conseguimos serviços odontológicos e de atendimento básico nas próprias comunidades. Antes, tinha gente que percorria 11km para ter acesso. O corte de terra era feito de forma aleatória, pela Prefeitura. Depois que o fórum se mobilizou, passou a ter cadastro das famílias e estamos fiscalizando a realização desse serviço para atender quem realmente precisa.”
(Depoimento do coordenador do Fórum de Lagoa Nova – Wallace Frade).

- Instituição de uma lei municipal que assegura uma verba da Prefeitura para pagamento de custas cartoriais para associações rurais do município de Lagoa Nova, sugerida pelo Fórum e já aprovada pelo Governo;
- A atuação dos fóruns da Serra de Santana (Cerro Corá, Lagoa Nova e Tenente Laurentino) impulsionaram a dinâmica de funcionamento do CONISA (Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Serra de Santana), que passou a operar com mais qualidade e agilidade, em decorrência da pressão e controle exercido pelo coletivo dos Fóruns na resolução do abastecimento para as comunidades rurais, que se encontrava em colapso e foi reativado;
- O Fórum Municipal de Lagoa Nova vem realizando uma forte incidência na luta contra a Lei Municipal que delimita o perímetro urbano e fragiliza os direitos de mais de 300 agricultores familiares;
- O Fórum Municipal de Tenente Laurentino Cruz realizando o controle social da política pública de habitação rural, inclusive identificando e registrando irregularidades, denunciando-as ao Ministério Público Federal, visando diminuir fraudes e o respeito às regras da Lei;
- Retomada do abastecimento de água em 7 (sete) municípios da Serra de Santana, atendendo a 164 comunidades rurais e aproximadamente 22 mil pessoas. Essa conquista é decorrente da mobilização dos 03 fóruns de associações (Cerro Corá, Lagoa Nova e Tenente Laurentino) que pautaram,

coletivamente, junto ao governo municipal e estadual, a problemática e as necessidades das comunidades, sendo atendidos com a reativação do Sistema Adutor Serra de Santana, levando água, com regularidade, para as localidades rurais;

“O Fórum tem participação ativa dos agricultores. O povo mostra que consegue resolver os problemas. Fizemos articulação com outros fóruns da Serra de Santana e conseguimos a retomada do abastecimento de água. Se não fosse o fórum, a gente ainda estaria sendo atendido pelos carros-pipa. A gente teve uma visão coletiva.”
(Depoimento do coordenador do Fórum de Lagoa Nova – Wallace Frade)

- Elaboração de um relatório, pelo Fórum de associações de Caicó, com as demandas dos serviços básicos de saúde e do programa da família, pleiteados pelas comunidades rurais, o qual foi apresentado ao Conselho municipal de saúde. Por conseguinte, o Conselho deliberou que a secretaria municipal tomasse providências para resolução e atendimento das propostas apontadas no relatório;
- Maior envolvimento e interesse dos fóruns acerca do debate e das lutas em defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários, e da manutenção das políticas públicas para o campo;

“Não podemos parar, precisamos ir pras ruas...não podemos esperar que decidam por nós!” (Depoimento de Damiana Ferreira - membro da coordenação do Fórum de Jaçanã – durante a reunião de avaliação)

- Participação ativa do Fórum de Lajes Pintadas na seleção e definição das comunidades a serem beneficiadas pelo programa de cisternas – P1+2, acompanhando as atividades e fazendo o controle social do programa no município. O Fórum é bastante ativo, se reúne bimestralmente e possui pauta própria, alinhada aos interesses das comunidades rurais. Inclusive, em 2018, o fórum conseguiu pautar e conquistar a melhoria do programa de corte de terra e a reabertura de uma escola municipal na zona rural que estava fechada por determinação do poder público;
- Incorporação de demandas das comunidades rurais aos planos municipais de desenvolvimento rural, para os anos de 2017/2018;
- Acesso e controle da emissão das declarações de aptidão do programa nacional de desenvolvimento da agricultura familiar (DAP), evitando-se possíveis fraudes e desrespeito dos critérios para obtenção do documento pelos agricultores. Esse documento é a identificação do agricultor familiar para facilitar o acesso deles aos programas de governo (PAA/PNAE...);
- Reivindicação e conquista de 60 poços tubulares em comunidades rurais de 6 municípios da Serra de Santana, que estavam em colapso hídrico. Esses equipamentos hídricos foram disponibilizados pelo governo do Estado do RN e foram alocados nas áreas indicadas pelos fóruns de associações, considerando as prioridades das comunidades rurais. Os poços chegaram a ser todos locados, com participação das comunidades, porém, o poder público estadual, por falta de prioridade com a agricultura familiar, não perfurou e nem instalou os poços. No entanto, o Fórum continua atento, acompanhando e cobrando esse pleito ao novo governo, tendo em vista que esta ação é um direito das populações rurais em ter acesso à água para seus múltiplos usos e, prioritariamente, em período de escassez, para consumo humano e dessedentação animal;

- Implantação de um chafariz (do Programa Água para Todos) na comunidade Patrício – município de Tenente Laurentino Cruz – fruto da luta e reivindicação da comunidade e do Fórum de associações;
- Participação e proposições dos fóruns nas discussões com os gestores municipais acerca das estratégias de implantação dos programas para a agricultura familiar: Corte de Terra, Garantia Safra, Pronaf, entre outros, visando assegurar a contrapartida das Prefeituras para facilitar o acesso dos agricultores a essas políticas públicas e garantir o cumprimento das regras dos programas;
- Encaminhamento de proposta à Câmara Municipal e ao poder executivo de São Miguel solicitando a isenção de impostos (ISS) e emissão de alvará para o funcionamento das associações rurais. Esse pleito foi protagonizado pelo Fórum de associações que conseguiu a isenção do Imposto para os agricultores que participam da feira da agricultura familiar. Quanto ao alvará de funcionamento, o Fórum propôs a isenção ou diminuição do pagamento, o que ainda está em análise pelo governo, sob o acompanhamento do Fórum;
- Envolvimento e incidência dos Fóruns na mobilização e articulação com organizações da sociedade civil e governamentais para sanar o problema da praga na cultura da palma forrageira, no Trairi e Alto-Oeste. Com a organização e encaminhamento dos fóruns de São Miguel, Encanto, Lajes Pintadas, Jaçanã e Campo Redondo, o governo do Estado – via Emparn – disponibilizou 43 mil raquetes (sementes) de palma resistentes à praga de cochonilha, beneficiando 684 agricultores familiares de 06 municípios, evitando a perda total da produção e garantindo alimento para os animais, durante a seca. Entretanto, a praga não foi totalmente controlada, principalmente na região do Trairi, onde houve perdas da cultura. Infelizmente, o MAPA publicou a instrução normativa 38/18 – que retirou a cochonilha da relação de pragas quarentenais, tornando-a uma praga comum. Ou seja, doravante esse problema não será mais acompanhado pelos órgãos estaduais e, com isso, os produtores ficarão responsáveis pelo controle dessa praga, cabendo ao Estado apenas o trabalho de conscientização;
- Nos municípios de Jaçanã e Lajes Pintadas, onde os Fóruns de Associações já possuem mais tempo de atuação e um nível de desenvolvimento já consolidado, foi elaborada e entregue à gestão municipal uma carta de compromisso propondo várias reivindicações ao executivo, a serem efetivadas durante a nova gestão (2017/2020).

LINHA 3: INTERVENÇÃO DIRETA DO SEAPAC EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DEFESA DE DIREITOS

Objetivo 3.1: Seapac amplia sua atuação direta contribuindo para criação e consolidação de canais e instrumentos que facilitem a promoção, o acesso, o controle e garantia dos direitos fundamentais das populações mais vulneráveis.

Indicador 3.1: Número de propostas qualificadas apresentadas nos espaços de atuação do Seapac aumentando e sendo implementadas (**valor de referência a partir de abril de 2016**);

O Seapac reafirma que durante todo o trienal houve um forte compromisso e incidência política junto aos espaços de controle social e Redes de articulação da sociedade civil, na defesa dos direitos das populações mais vulneráveis, social e economicamente, e do acesso desses segmentos às políticas públicas socioambientais. Essa atuação tem requerido do Seapac uma presença cada vez mais qualificada e contínua para contribuir com as agendas e cenários marcados por grandes desafios e incertezas.

No decorrer do trienal o Seapac foi provocado e convocado permanentemente para incidir na agenda socioambiental do semiárido, particularmente nas questões que envolveram a crise hídrica, nos aspectos de conflitos pelo uso e direito à água, outorgas, alocação de águas e gestão das águas superficiais e subterrâneas

na bacia do rio Piancó-Piranhas-Açu, por meio do Comitê (CBH-PPA); também foram demandados esforços na discussão do reúso de água na bacia, onde está em conclusão a elaboração de 4 projetos de reúso para produção de alimentos para os animais. Bem como, nas questões complexas do acordo extrajudicial envolvendo o movimento da(o)s atingido(a)s pela construção da barragem Oiticica, na região do Seridó, onde as questões de direitos socioambientais são a centralidade de nossa atuação.

Além dos espaços acima, mantivemos nossa presença nos Conselhos de controle social e de proposição de políticas públicas, em âmbitos nacional, estadual, microrregional e municipal, que, após o golpe, têm sido extremamente desestimulados a funcionarem. Conforme dissemos anteriormente, há uma tentativa de esvaziamento dos conselhos, seja do ponto de vista da participação social, seja no que tange à efetiva dotação orçamentária sobre a qual o governo pode interferir. Percebe-se que, gradativamente, esses espaços vêm perdendo a capacidade de catalisar dinâmicas de contestação social, o que explica porque, ao longo do tempo, várias organizações sociais têm preferido se ausentar dessas instâncias, onde tinham uma voz dissidente.

Priorizamos, também, uma pauta extremamente significativa e importante para o fortalecimento dos direitos e da dignidade humana, por meio da prestação de serviços de atendimento socioassistencial e jurídico a pessoas pobres, às famílias acompanhadas nas UPFs e na Barragem de Oiticica, que vivem situações de negação e violação de direitos. Também atendemos às demandas espontâneas ou encaminhadas por organizações sociais, no município de Caicó.

No processo de avaliação do trienal, constatamos avanços significativos conforme pontuado abaixo:

a) Conselho Municipal de Assistência Social – no primeiro ano apresentamos duas propostas – no segundo ano propusemos mais quatro; e no terceiro ano apresentamos mais cinco propostas. Dentre as propostas que foram ou estão sendo implementadas, destacamos:

- A constituição do Fórum Municipal de Usuários do Sistema Único da Assistência Social (FMSUAS), no município de Caicó, proposto e organizado pelo Seapac, em parceria com outras organizações, membros do Conselho municipal de Assistência Social. Este espaço está funcionando mensalmente, com reuniões itinerantes e com participação de, pelo menos, 15 representantes de usuários e organizações de usuários do SUAS - exercendo o controle social das políticas assistenciais no município. Com as reuniões descentralizadas e participação da população, o Fórum está pressionando o gestor municipal e a empresa construtora, e provocando o Ministério Público, para garantir o conserto nas estruturas de 32 casas populares, entregues pela Prefeitura, cuja denúncia de irregularidade foi apresentada ao fórum pelos próprios moradores (Usuários do SUAS) do bairro Nova Caicó, que participam das reuniões itinerantes;
- Proposição e aprovação de uma equipe volante de profissionais da assistência social para atendimento socioassistencial à população da zona leste de Caicó. A proposta foi aprovada e garantida pelo município que, na realização do próximo processo seletivo, seria incluída a equipe volante;
- Encaminhamento e resolução de denúncia de fraude no Programa Criança Feliz, por meio do monitoramento realizado pelo Conselho nos programas sociais do município de Caicó. Resultou na devolução de recursos aos cofres públicos, recebidos indevidamente por pessoas fora dos critérios do programa;

- Discussão e aprovação dos planos e orçamentos do Conselho de Assistência Social, com qualidade, conhecimento e orientação técnica;
- Proposição para distribuição de cestas básicas; pagamento de aluguéis social e benefícios eventuais para atender às demandas de famílias mais vulneráveis, identificadas e mapeadas pelo Seapac, em Caicó. A proposta foi aprovada pelo Conselho e as providências foram encaminhadas e resolvidas pela Secretaria de Assistência Social do município;
- Reativação de duas Comissões, dentro do Conselho de Assistência Social: Comissões temáticas de Política de Assistência Social, e de Acompanhamento, Fiscalização, Documentação e Cadastro – nas quais o Seapac está atuando diretamente, em conjunto com outras entidades-membro. As Comissões visitaram estabelecimentos e acompanharam a qualidade dos serviços de assistência social, prestados à população, identificando os problemas existentes. O relatório foi apresentado ao Conselho e encaminhado à Secretaria de Assistência que está realizando ou cobrando as adequações nos espaços e serviços de assistência do município de Caicó.

b) Conselho Municipal de Saúde – em Caicó – no primeiro ano do trienal apresentamos cinco propostas, no segundo ano (2017) foram três; e no último ano (2018) mais quatro propostas. Dentre as propostas que foram ou estão sendo implementadas, destacamos:

- Capacitação de conselheiros sobre o papel dos Conselhos e o financiamento do Sistema Único de Saúde – SUS, ampliando os conhecimentos dos conselheiros em vista a uma atuação mais qualificada no controle social dos serviços e políticas de saúde;
- Elaboração do Plano Plurianual e da Programação de Saúde para 2018;
- Proposição e aprovação do plano plurianual de saúde, com inclusão de proposta para criação do Serviço de Atenção Domiciliar e do SUS mediado;
- Dentro da discussão sobre a atenção básica de saúde do município, o Seapac apresentou o relatório de avaliação da atenção básica na zona rural, realizado pelo Fórum do Campo de Caicó, em que foram identificados vários problemas existentes, sendo encaminhado e aprovado pelo Conselho que a Secretaria de Saúde se responsabilize pela efetivação das propostas apontadas pela população rural, para que sejam solucionadas as problemáticas apresentadas;
- Elaboração do regimento e programação da conferência municipal de saúde de Caicó, pelo Seapac, que foram apresentadas e aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde. Aconteceram 14 pré-conferências, sendo 4 na zona rural e 10 na zona urbana, culminando com a conferência magna, realizada em Caicó. Esses eventos oportunizaram a participação da população – usuários e trabalhadores da saúde, na discussão, avaliação e proposição de ações para melhoria dos serviços de saúde do município;
- Reativação de duas comissões do Conselho de Saúde – a de Acompanhamento dos Serviços e a de Prestação de contas e finanças – fortalecendo e facilitando o controle social realizado pelo Conselho;

- Com a aprovação da dominialidade do terreno do Hospital Regional que estava sob o domínio de uma entidade privada (Clube Corinthians) para uma entidade pública, os investimentos na melhoria de infraestrutura de equipamento e de gestão estão em pleno curso, inclusive com investimento de recursos na qualificação de pessoal e na humanização do atendimento. Todo o processo de classificação de risco está em plena atividade, possibilitando que as pessoas sejam atendidas a partir do critério de urgência/emergência ou reclassificação para atendimento na rede pública do SUS/Unidades Básicas de Saúde, para o atendimento de atenção básica. Reafirmamos que o retorno da dominialidade do terreno do Hospital Regional do Seridó, para o ente público, possibilitou o investimento de 4,7 milhões para sua reestruturação, gerando a instalação de 10 leitos de UTI geral; implantação de tomógrafo e autoclave, melhoria e ampliação das enfermarias, do centro cirúrgico, da lavanderia e da cozinha do Hospital;
- Efetivação da municipalização do Hospital do Seridó como referencial de atendimento materno-infantil no município de Caicó. A municipalização reduziu as mortes materno-infantil em 99%; houve humanização dos partos; e a conquista da implantação do pronto atendimento pediátrico.

c) Conselho Estadual de Recursos Hídricos: no primeiro ano do trienal apresentamos duas propostas e no segundo ano (2017) foram três; e em 2018, mais duas propostas.

No ano de 2018 os Conselhos nacionais e estaduais tiveram a dinâmica de funcionamento prejudicada, em decorrência do processo eleitoral, de forma que praticamente suas agendas de reuniões foram reduzidas para 6 meses de atuação.

Dentre as propostas que foram ou estão sendo implementadas, destacamos:

- Contratação e realização do estudo/diagnóstico das condições de segurança da barragem passagem das Traíras, tanto do ponto de vista de sondagem, quanto da qualidade dos materiais e situação estrutural do reservatório. Essa barragem apresenta riscos de rompimento pelas condições estruturais que apresenta, o que pode provocar um dano humano, social, ambiental e econômico enorme em todo o município de Caicó;
- Encaminhamento de proposições para uma política estadual de segurança de barragens, com orçamentos advindos do próprio Estado, com equipe técnica qualificada para fazer vistorias permanentes nas condições físicas e hidromecânicas dos 245 reservatórios, que têm como empreendedor o Estado do RN;
- Plena execução do programa Pró-Comitê, em que várias atividades de formação, mobilização e gestão de águas aconteceram com os recursos advindos do convênio com a ANA/Semarh, para a dinâmica de funcionamento dos Comitês Apodi/Mossoró; Ceará-Mirim; e do Pitimbu;
- Elaboração dos planos de recursos hídricos das bacias hidrográficas do Rio Grande do Norte, onde já possuem Comitês instituídos, como é o caso dos Comitês Apodi/Mossoró; Ceará-Mirim; e do Pitimbu. O Estado assumiu o compromisso de elaboração dos planos para 2019/2020;
- Proposição da simplificação das licenças ambientais para obras hidráulicas com vazões de no máximo de 20 metros/hora, possibilitando que os agricultores possam perfurar seus poços para suprir suas necessidades familiares e produtivas. Esta proposta foi cumprida em decorrência da manutenção de um inverno ainda irregular que não recarregou plenamente os reservatórios;

- Elaboração do plano de adutoras do Seridó com a participação das organizações da sociedade e dos gestores estadual e municipais. Esse plano atenderá a 24 municípios do RN, com um sistema integrado de adutoras, partindo da barragem de Oiticica (em construção), integrando-se com as águas do Programa de Integração do rio São Francisco – PISF. A proposta requer aplicação de R\$ 150 milhões de reais para sua plena execução;
- Criação de uma Comissão, dentro do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, para acompanhar exclusivamente a revisão do plano estadual de recursos hídricos, inclusive com plenárias em todas as regiões do Estado, com o objetivo de incorporar proposições que dialoguem com as diferentes necessidades e entendimentos sobre as obras estruturantes de recursos hídricos;
- Criação e funcionamento da comissão estadual, na esfera do governo estadual, o que facilitou a construção de duas adutoras, fiscalização na gestão dos rios; perfuração de 5 poços na região do vale do Açu, para abastecimento pela Caern, em cidades de populações maiores.

d) Comitê da Bacia do Rio Piancó-Piranhas-Açu (CBH-PPA) – Seapac no final do segundo mandato na presidência do Comitê (2017):

No primeiro ano (2016) o Comitê da Bacia do Rio Piancó-Piranhas-Açu estava no final do processo de elaboração do seu plano de recursos hídricos; diante de uma crise hídrica profunda; mediando conflitos intensos pelos múltiplos usos das águas da calha dos rios da bacia.

No segundo ano, a criticidade hídrica aprofundou-se e o Comitê atuou de forma incisiva, permanente e com grande incidência política para minimizar os conflitos e buscar soluções viáveis para garantir o abastecimento de uma população de 1,5 milhão de pessoas, residentes em 147 municípios (RN e PB).

No último ano (2018) o Seapac compôs a diretoria colegiada do Comitê, assumindo a 2ª secretaria, a partir de uma articulação feita pela própria entidade, tendo em vista que, regimentalmente, não teríamos mais como permanecer na presidência. Nessa articulação não tínhamos mais desejo de continuarmos compondo a diretoria, porém, o coletivo de entidades que compõe a diretoria atual impôs a permanência do Seapac pela contribuição histórica no Comitê.

Obtendo os seguintes efeitos:

- Conclusão da elaboração dos projetos de reúso de águas cinzas, com todos os estudos técnicos necessários para implementação dos projetos, conforme as normas e legislações brasileiras inerentes ao reúso de águas. Neste período, vários acordos de governança dos projetos foram realizados com gestores municipais, comitê, ANA e agricultores familiares que serão os sujeitos beneficiários desta experiência piloto implantada na bacia hidrográfica do rio Piranhas/Açu. O próximo passo será o lançamento de edital da ANA para escolha da empresa executora dos projetos, em Serra Negra, São Fernando, Jucurutu (RN) e Itaporanga (PB);
- Está em curso a execução do Plano de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica Piancó/Piranhas/Açu e, neste período, tivemos as seguintes ações, a partir do Plano: recuperação hidromecânica e física de 22 reservatórios (açudes e barragens) para melhorar sua segurança estrutural; elaboração do projeto básico e executivo de segurança hídrica do Seridó; estudo de segurança física da barragem passagem das Traíras; acompanhamento sistemático da outorga, estudo de qualidade da água, assoreamento da bacia hidráulica, plano de segurança e de emergência da barragem Oiticica;

- Execução do plano para atender a 23 cidades do Seridó e uma população de 300 mil pessoas, no custo de 6,5 milhões de reais. Lançamento do edital de 401 mil reais para elaboração de 04 projetos de reúso de água em 04 municípios da bacia; contratação de uma empresa para cadastramento com georrefenciamento de todos os irrigantes da bacia;
- Realização de processo de capacitação de usuários para acompanhar as medições de vazões nos diferentes pontos do rio Piranhas, no canal da redenção e nas comportas dos reservatórios, abrangendo regiões do RN e PB. O objetivo é realizar o monitoramento sistêmico do volume de água disponível em cada ponto e trecho de rios, como também dar eficiência à gestão e garantia de água para os múltiplos usos;
- Em 2018, em decorrência de uma recomposição parcial dos reservatórios da bacia hidrográfica Piranhas/Piancó/Açu, tivemos mediação de 15 conflitos, através de termos de alocação de água nos 15 principais reservatórios da bacia, inclusive sendo liberado 1 ha de irrigação para agricultores familiares, ao longo do rio Piranhas. As mediações de conflito foram realizadas por meio da assessoria do Comitê e em diálogo, permanente, com as 15 Comissões de acompanhamento dos termos de alocação de água, Ministério Público, Órgãos gestores federais, Agência Nacional de Águas e usuários de água;
- A partir da dinâmica de funcionamento do Comitê da bacia hidrográfica Piancó/Piranhas/Açu (Federal) e dos três Comitês Estaduais do RN, realizou-se o 1º Encontro estadual de Comitês do RN, momento em que se colocou na agenda política do governo e sociedade a importância da gestão de água, por meio de um modelo participativo e democrático;
- Acompanhamento sistemático, pelo Comitê, do funcionamento das adutoras que fornecem água aos municípios e populações rurais da serra de Santana – no Seridó;
- Com a retomada parcial das chuvas e início de recuperação hidrológica dos reservatórios, aumentou a dinâmica de conflitos e diálogos para os usos múltiplos das águas. Esse processo de democratização da gestão, com plena participação dos usuários, dos governos, dos órgãos gestores e das organizações da sociedade civil, contribuiu para garantir água para o consumo humano durante todo o período de 2016 a 2018, mesmo com a crise hídrica, sendo beneficiada uma população de 800 mil pessoas da área da bacia hidrográfica Piancó/Piranhas/Açu; além da retomada de pequenas áreas de irrigação beneficiando em torno de 3 mil agricultores familiares do RN e PB;

e) Movimento dos Atingidos(as) pela construção da Barragem de Oiticica – Seapac acompanha e presta assessoria sociojurídica e política:

O Seapac continuou apoiando e participando das negociações e mediação dos conflitos decorrentes da construção da barragem Oiticica, que beneficiará diretamente meio milhão de potiguares, acompanhando e prestando assessoria sociojurídica e política ao movimento dos atingido/as, na defesa dos seus direitos sociais, culturais, ambientais e econômicos. Esse trabalho teve início ainda em agosto de 2013.

Em 2016 o movimento paralisou a construção da obra física da Barragem em decorrência do não cumprimento da pauta de reivindicação do Movimento por parte do Governo Estadual e Federal; e havia uma pauta principal com 07 propostas apresentadas pelo movimento, que era a obra social: construção da nova Comunidade, com 227 moradias; Construção do novo cemitério; 3 agrovilas para 110 famílias de agricultores sem-terra; moradias para os moradores sem teto; conclusão das indenizações rurais de 479 famílias;

indenizações urbanas da atual comunidade (Barra de Santana); garantia de espaços comerciais para os empreendedores inquilinos.

Em 2017 o movimento do/as atingido/as levantou novas demandas e apresentou uma pauta com mais 07 propostas, ao governo do Estado e Federal, com mediação e negociação assessoradas pelo Seapac. Destas, foram encaminhadas e implementadas no período (abril de 2017 a março 2018):

Já em 2018 o movimento do/as atingido/as permaneceu atento, acompanhando e decidindo sobre os rumos das negociações com o governo, exercendo o controle social sobre a obra física e social, em vista a garantir seus direitos. Foram realizadas várias reuniões e audiências públicas, como também atividades formativas, envolvendo diretamente um grupo de 50 pessoas da comunidade Barra de Santana, e indiretamente 750 pessoas da área de abrangência do complexo barragem Oiticica.

Obtendo os seguintes efeitos:

- O acompanhamento sistemático das sessões públicas e a participação direta da comissão do movimento dos atingidos (as), tem contribuído para maior entendimento e transparência dos fatos que travam o andamento do complexo, ao passo que tem possibilitado a priorização das demandas indicadas por eles;
- Diante das negociações e acordos firmados desde o início da luta e o acompanhamento sistemático das sessões públicas por parte do Movimento, com a assessoria do SEAPAC, já se conseguiu em torno de 50% de construção da nova comunidade Barra de Santana; 98% das indenizações rurais; 99% de construção do novo cemitério; e a construção de 41 moradias para as famílias que vivem de aluguéis;
- O movimento dos atingido/as propôs uma ação de bloqueio de recursos da conta do Estado do RN para garantir a contrapartida do Governo para a continuidade das obras, que haviam sido paralisadas pelas empresas concessionárias. A ação foi conduzida pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, representando as famílias atingidas, a qual foi julgada procedente e os recursos foram bloqueados;
- Com a pressão popular, o Estado se mobilizou e obteve confirmação oficial do Ministério da Integração Nacional da dispensa da sua contrapartida na suplementação financeira para a obra do Complexo, e o Movimento junto com os Sindicatos solicitaram o desbloqueio dos recursos e o fim da ação por perda do objeto em questão;
- As inúmeras negociações com o Governo e a bancada Federal do RN garantiram um aditamento financeiro no valor de R\$ de 239 milhões, a serem repassados pelo Ministério da Integração, passando o valor global da obra da barragem de R\$ 311 milhões para R\$ 550 milhões;
- A participação do movimento dos atingidos e dos moradores do entorno da barragem nas visitas às obras do complexo que vem acontecendo sistematicamente, tem possibilitado um acompanhamento mais próximo das obras por parte da comunidade, resultando em mais controle social. Dessa forma, os moradores ao perceberem “irregularidades” nas construções ou anormalidades no ritmo das obras, fotografam e promovem denúncias, que levam a discussões e encaminhamentos nas reuniões do acordo na comunidade e nas sessões públicas;

- Fruto desse processo de controle social se chegou a discussões na comunidade sobre a qualidade do material empregado na construção das casas; sobre a manutenção das casas dos inquilinos já construídas; e problemas com a execução das obras sociais por parte da empresa concessionária, o que gerou uma vistoria técnica pela própria Companhia Estadual de Habitação, para produção de relatório a ser apresentado na sessão pública do acordo judicial, para atribuição de responsabilidades. Houve ainda, uma audiência da coordenação do Movimento com o MPF – Ministério Público Federal para tratar dos problemas com a empresa concessionária da obra social e a segurança das casas que estão sendo construídas;
- As reuniões de avaliação na comunidade possibilitam mais participação e controle social por parte da comunidade, que reivindica diretamente seus direitos, com grande destaque para as falas das mulheres - muito qualificadas e seguras - diante das reivindicações, identificação de problemas, propostas e questões que envolvem todo o Complexo da Barragem. Proporciona ainda, interação direta com autoridades públicas; maior acompanhamento e controle social do andamento do próprio acordo extrajudicial; adequação de projetos técnicos às necessidades e demandas da comunidade; maior transparência no processo de execução do Complexo e da aplicação dos recursos públicos;
- O movimento dos atingidos teve a liberdade de escolher e indicar as propriedades a serem indenizadas pelo governo para a construção das agrovilas onde se assentarão as famílias rurais – sem terras – das áreas atingidas pela barragem Oiticica. Todas as famílias que serão assentadas passarão pelos critérios definidos pelo próprio movimento, estabelecidos no acordo extrajudicial, possibilitando maior transparência e controle social sobre o processo de reassentamento;
- As oficinas de formação suscitaram uma nova compreensão e posicionamento por parte do Grupo dos atingidos, em relação à realidade social e suas problemáticas. A abordagem sobre a violência contra a mulher despertou nas mulheres uma preocupação e um desejo de conhecer e buscar políticas públicas voltadas às mulheres, no município, inclusive propondo levar essas discussões do combate à violência à comunidade escolar, visando à construção da cultura da paz;
- Os debates em torno das formas de organização comunitária, durante a oficina sobre associativismo, levaram o grupo a refletir sobre a importância de se manterem organizados, em uma associação ou cooperativa, para fortalecerem seus vínculos, suas referências, projetos e demandas comuns, e o poder de articulação e de controle social nas várias instâncias de decisão e proposição de políticas públicas, no município, priorizando a equidade de gênero;
- Maior consciência do Grupo em relação ao seu papel e postura enquanto instância referência de controle social, dos acordos e efetivação dos direitos socioambientais da população atingida pelas obras do complexo da barragem Oiticica;
- A ação civil pública patrocinada pelo Ministério Público Federal, a partir de demanda do Movimento - que denunciou a qualidade das construções da Nova Barra de Santana, das quais 39 painéis de casas caíram em decorrência das chuvas e ventos - está garantindo a recuperação de todas estas casas e melhoria na qualidade das construções, através da empresa construtora, que reconheceu os erros técnicos e, sem ônus para o Estado, está assumindo os serviços de recuperação habitacional;

- Incorporação de 11 novas residências, que serão atingidas pela construção da barragem Oiticica e que estavam fora das indenizações em decorrência de erros topográficos, na lista das indenizações. O Movimento identificou os casos e reagiu, levando ao Juiz mediador de conflitos a exigir que a empresa fizesse um novo estudo para analisar a demanda. De fato, a denúncia foi constatada e o governo terá que, até o final da obra, indenizar essas 11 novas famílias;
- No dia mundial da água o Movimento pautou a agenda do complexo barragem Oiticica como sendo a obra mais urgente e prioritária para o novo governo. Na ocasião, a governadora do Estado e demais autoridades presentes assumiram o compromisso de concluírem o complexo da barragem até 2020. Ressaltamos que essa obra foi iniciada em agosto de 2013 e se arrasta até os tempos atuais. Sua continuidade só se mantém na agenda política do Estado em decorrência da organização, luta e resistência do Movimento dos Atingidos pelas obras da barragem. Nesta data, realizou-se um grande dia de saberes e sabores, cultura e educação ambiental, com a presença de diversas instituições da sociedade e governo, somando mais de mil pessoas no evento.

f) Fóruns microrregionais, estaduais e nacionais – Asa microrregional, Asa Potiguar, Asa Nacional – em cujos espaços o Seapac possui representação e atuação. Fez parte da diretoria executiva da ASA Potiguar e ASA Nacional. A partir de 2018 o Seapac não compôs mais a coordenação nacional e estadual da ASA, porém, continua membro atuante e contribuindo com sua dinâmica de funcionamento.

Fórum Microrregional da ASA:

- Fórum Microrregional da ASA do Território Alto-Oeste – este fórum não existia e, por força da convocação e mobilização do Seapac e organizações parceiras, foi constituído em 2018 com participação de representantes de 16 municípios do território Alto-Oeste. O Fórum constitui-se uma instância fundamental em que as forças sociais discutem seus referenciais de desenvolvimento, buscando legitimar suas ideias, interesses e projetos. As reuniões estão acontecendo mensalmente, embora com reduzida participação de representantes das organizações sociais dos municípios, reflexos do atual arrefecimento das mobilizações sociais;
- A atuação do Seapac no Território Alto-Oeste abriu possibilidades de participar de outros espaços sociais da microrregional, que tratam da realidade e das problemáticas da região. Em 2018 o Seapac passou a integrar o Comitê Gestor da bovinocultura do Alto-Oeste, que abrange 16 municípios da regional, cuja centralidade é o fortalecimento e a sustentabilidade da bovinocultura. Daí surgiu a possibilidade de o Seapac concorrer a um edital do FUNDECI - Banco do Nordeste, para o fortalecimento da bovinocultura. Dentre as propostas apresentadas, a do Seapac foi selecionada e está em fase de contratação. A proposta tem como objetivo fomentar o cultivo da palma forrageira consorciada, como estratégia de convivência com o semiárido do Oeste Potiguar, envolvendo 220 Unidades Produtivas Familiares (UPFs); e implementar 32 Unidades Demonstrativas para produção de forragem de alta qualidade, pautada no cultivo da palma adensada, consorciada e irrigada com água de reúso, gerando oportunidade de trabalho e aumento da renda familiar. O projeto abrange 16 municípios do Alto-Oeste Potiguar;

ASA Potiguar:

- Incidência política junto ao governo do Estado para lançamento de editais de tecnologias da 1ª e 2ª água – P1MC e P1+2 – no valor de R\$ 27,9 milhões. O Seapac contribuiu intensamente nesta

articulação, junto ao coletivo da ASA, inclusive com assessoria jurídica e informações técnicas. O processo seletivo foi realizado, porém, ambos foram judicializados e aguardam julgamento;

- Processo de mobilização e reflexão, organizado pela ASA, com todos os segmentos e forças políticas e sociais, que atuam no espaço rural em defesa da agricultura familiar e da agroecologia, para constituição de um espaço permanente de luta, organização e resistência contra os retrocessos e a retirada de direitos. Esse espaço está funcionando com participação de 20 instituições e movimentos sociais do estado do RN, tendo como foco neste momento a luta contra a reforma previdenciária, que retira direitos dos pobres e privilegia o mercado e o sistema financeiro;
- Construção de espaço de diálogo com o novo governo do RN na perspectiva de fortalecer a agenda de convivência com o semiárido potiguar, inclusive, fruto dessa articulação, está sendo criada a secretaria de desenvolvimento rural sustentável e agricultura familiar.

g) Serviços de atendimento sociojurídico a pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica:

A demanda por atendimento e orientação sociojurídica aumentou significativamente, em decorrência das graves situações de negação e/ou violação de direitos de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que surgem por demanda espontânea e por encaminhamento de pastorais e serviços da Igreja Católica, principalmente em Caicó. Em 2018 o Seapac ampliou estes serviços, também, para o município de Natal, em parceria com o Instituto Bom Pastor, o qual presta atendimento socioeducacional à população mais vulnerável dos bairros Bom Pastor e Cidade Nova.

Durante o ano foi realizado um conjunto de atividades formativas, com temáticas relacionadas à prevenção da violência doméstica contra mulheres, crianças e adolescentes; educação para a cultura da paz; e direitos humanos e sociais, sob a mediação do Seapac e assessores externos/parceiros, cujos principais resultados foram:

- 20 mulheres participantes da Oficina modular (16h) sobre a violência praticada contra mulheres, crianças e adolescentes, discutindo sobre a realidade da violência existente nos bairros onde moram, e sensibilizadas para se tornarem agentes multiplicadores na prevenção da violência começando de casa. Participaram professores e gestores do Instituto Bom Pastor, agentes de saúde e voluntários do bairro Bom Pastor e Cidade Nova;

“Amei o curso, fiquei triste por ser pouco tempo. Aprendi tanta coisa em tão pouco tempo, despertei sonhos adormecidos, aprendi a lidar melhor com meus filhos e ter uma postura melhor perante a sociedade como cidadã. Aprendi a lutar por meus direitos, sem esquecer dos meus deveres, a ser uma mãe melhor para os meus filhos, a resolver problemas sociais, sendo feminista mas não extremista....aprendi a exercer minha cidadania. Aprendi a ser alguém melhor....voarei longe!” (Depoimento de Eliane Martins do Nascimento – 33 anos, durante avaliação das oficinas – moradora do bairro Bom Pastor – Natal-RN)

- 75 pessoas participantes do curso modular (16h) sobre direitos humanos e sociais básicos, e prevenção da violência doméstica contra mulheres, discutindo e conhecendo acerca dos direitos das

mulheres, da Lei Maria da Penha, da Rede de atendimento à mulher; e sobre a concepção de direitos humanos de forma desmistificada;

- 50 pessoas participando e envolvidas nas seis Rodas de Conversa, sobre a prevenção da violência doméstica, discutindo e trocando conhecimentos e experiências sobre os tipos de violência recorrentes em suas comunidades e as formas de preveni-las. As Rodas de Conversa foram mediadas pelos agentes multiplicadores do Instituto Bom Pastor, capacitadas nas oficinas, e contaram com a participação de pais e comunidade escolar dos dois bairros de Natal;
- O conjunto de atividades formativas em torno da educação para construção da cultura de paz fortaleceu a dinâmica e a interação do Instituto Bom Pastor com as famílias e a comunidade escolar dos bairros Bom Pastor e Cidade Nova;
- A partir das capacitações e discussões realizadas com a população dos bairros de Natal, acerca da violência e direitos humanos e sociais, o Instituto Bom Pastor criou o núcleo de atendimento jurídico, na linha cível, formado por 3 mulheres advogadas que, de forma voluntária, prestam serviços de assessoria jurídica gratuita às famílias da comunidade, uma vez por semana, acompanhando e encaminhando os casos para resolução nos órgãos competentes. Com a demanda e especificidades dos casos, ao núcleo serão acrescidos profissionais da área de psicologia e assistência social. A ideia é formar parcerias com Universidades para buscar estudantes voluntários dessas áreas, e que residam nos próprios bairros, para colaborar na prestação dos serviços;
- A parceria com o Instituto Bom Pastor inaugura a atuação do Seapac na área urbana e periférica de Natal, possibilitando maior divulgação e visibilidade de sua identidade institucional e de suas ações;

Durante todo o trienal, o Seapac atuou na perspectiva de atenuar ou resolver casos individuais e familiares de negação, violação e acesso a direitos humanos e sociais, vivenciados pelos segmentos mais vulneráveis da sociedade seridoense. Tratar dessas temáticas é incursionar por questões complexas e por realidades em transformação, requerendo uma observação atenta e um olhar crítico para os desafios que perpassam a família, a comunidade, a gestão e as políticas públicas no contexto sociopolítico contemporâneo. Adentrar, conviver e atuar nesta realidade requereu um corpo técnico qualificado, autônomo e fortalecido para suportar as pressões, o peso da burocracia e até mesmo a intransigência e a falta de compromisso de órgãos públicos em relação à parcela mais pobre da população e suas demandas.

Mesmo diante desse quadro complexo e desafiante, o Seapac atendeu, assessorou e deu encaminhamento a 27 casos de famílias/pessoas vivendo situações de violação, negação e acesso a seus direitos básicos, ainda que já garantidos pela Constituição Federal, dentre os quais, 21 tiveram resolução efetiva, gerando os seguintes efeitos:

- 11 famílias passaram a ter acesso a serviços e benefícios da política de assistência social, como: direito ao benefício de prestação continuada (1 salário mínimo mensal); a cestas básicas mensais; ao aluguel e tarifas sociais; à documentação civil; e a espaços de convivência para fortalecimento de vínculos familiares, representando ganhos financeiros e sociais, além do bem-estar dessas pessoas;
- 7 famílias acessaram a política de saúde, pela concessão de medicamentos de uso contínuo e serviços de saúde gratuitos, desonerando a renda familiar e garantindo o adequado tratamento de

saúde desse público, que antes sofria para adquirir seus remédios e tratar suas doenças com dignidade;

- Empoderamento das 27 famílias/pessoas que receberam o atendimento sociojurídico, pelo Seapac, que passaram a se posicionar como cidadãos de direito, a compreender, conhecer e acessar os mecanismos e instâncias que oportunizam o acesso a seus direitos. Antes, elas não tinham consciência real desses direitos, não se sentiam encorajadas a cobrar e a se posicionarem diante das instâncias públicas para acessarem suas legítimas reivindicações.

LINHA 4: SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL

Objetivo 4: Seapac fortalece sua sustentabilidade política e financeira através da ampliação de sua visibilidade pública e o estabelecimento de parcerias e alianças estratégicas

Indicador 4.1: Planos estratégicos de comunicação e de mobilização de recursos elaborados e em execução;

O Seapac tem trabalhado constantemente para conquistar e fortalecer sua sustentabilidade institucional. No primeiro ano do projeto trienal, havia uma situação de pouca visibilidade externa e ausência de um plano estratégico de comunicação e de captação de recursos, dificultando uma ação concreta para o alcance deste objetivo.

Ainda em 2016, elaboramos o primeiro esboço da proposta do plano de captação de recursos e, no início de 2017, lançamos o edital para a contratação de um profissional para a função de captador de recursos, sob a assessoria do CAIS, na pessoa de Luis Fernando Donadio, quem colaborou em todos os processos juntamente com a coordenação e a equipe do Seapac. Em setembro de 2017, contratamos a captadora de recursos e implementamos um novo setor dentro da organização, denominado “Desenvolvimento Institucional”, o qual é composto pelas áreas de Comunicação Institucional, mais a área de Mobilização & Captação de Recursos.

Avaliando os avanços obtidos principalmente entre o final do segundo e início do terceiro ano de execução do trienal (entre novembro/2017 e abril/2018), consideramos que alcançamos a meta do indicador 4.1. e avançamos significativamente neste setor, principalmente através de investimentos e ações voltadas ao desenvolvimento da comunicação institucional, ferramenta fundamental para as posteriores atividades previstas de mobilização e captação de recursos.

Entre setembro de 2017 e março de 2019 tivemos os seguintes efeitos/resultados:

- Desenvolvimento do Plano de Captação de Recursos;
- Contratação de profissional para Mobilização & Captação de Recursos;
- Implementação do setor “Desenvolvimento institucional” – Comunicação e Mobilização & Captação de Recursos;
- Ampliação e fortalecimento da equipe de comunicação a partir da contratação de estagiária, estudante de Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN;
- Elaboração e implementação do Plano de Comunicação;

- Visita da equipe do setor de Captação para reconhecimento dos núcleos e atividades do SEAPAC em campo, aproveitando-se a oportunidade para se fazer uma análise sobre o funcionamento da organização de modo geral, a partir deste olhar “estrangeiro” e coletar ideias e dados para consolidar o Plano de Comunicação e o Plano de Captação;
- Apresentação e aprovação internas dos Planos de Captação e Comunicação, pela diretoria do Seapac;
- Consolidação dos Planos de Comunicação e de Captação, com as seguintes inovações e atividades previstas: reestruturação do programa de rádio; novo site e novas linguagens e novo perfil em mídias sociais; investimento em fotografias e audiovisual; produção de peças de comunicação institucional: portfólio, flyer, identidade visual; produção de peças comemorativas dos 25 anos do Seapac: nova logo dos 25 anos, busdoor, vídeo/documentário, banners, ecobrindes;
- Produção e veiculação de novas peças e materiais de comunicação institucional;
- Revisão do Plano de Captação, a partir de reunião de planejamento realizada entre toda a equipe do Seapac;
- Contratação de profissionais de audiovisual para produção de vídeos institucionais e realização de viagens de produção para a captura de imagens e depoimentos – realização de entrevistas com equipes locais e grupos beneficiários;
- Contratação de agência especializada para diagramação de materiais de comunicação e contratação de designer para desenvolvimento do novo site institucional;
- Reunião com consultores externos – Luis Fernando Donadio e Claudia Fix (Cais/Misereor), com o objetivo de apresentar o Seapac e seu trabalho para a consultora externa, especificamente o trabalho desenvolvido pelo setor de Desenvolvimento Institucional até então, analisar e aprimorar as ações dos Planos de Comunicação e Captação, a partir da expertise dos consultores, partindo da realidade do Seapac;
- Obtenção do selo “ONG Transparente”, pelo Instituto Doar. Este selo tem como objetivo atestar a transparência de informações da instituição através da web;
- Produção e apoio na realização de eventos comemorativos dos 25 anos do Seapac (3 eventos: julho/2018 – Caicó; novembro/2018 – Natal; março/2019 – Santa Cruz);
- Participação e apresentação do vídeo institucional do Seapac no Conadis – Congresso Nacional da Diversidade do Semiárido, em dezembro/2018 – Natal;
- Produção e apoio na realização de eventos institucionais – 2 eventos principais: Encontro Regional de Sementes Crioulas do Trairi – março/2019, em Santa Cruz; e Dia Mundial da Água – março/2019, em Barra de Santana-Jucurutu;

- Participação no Encontro de Formação Básica em Captação de Recursos, realizado em São Paulo, em março/2019, promovido pelo Centro de Assessoria e Apoio a Instituições Sociais (CAIS), em parceria com Misereor;
- Pesquisa e elaboração de esboço do Plano de Campanha de Captação de Recursos com enfoque em captação com empresas privadas e indivíduos – a ser implementado no próximo trienal;
- Pesquisa e elaboração de esboço de Plano de Ação de Captação via Marketing de Causa – a ser implementado no próximo trienal;
- Pesquisa e elaboração de esboço de Programas Institucionais de Estágio e Voluntariado – a serem implementados no próximo trienal.

Indicador 4.2: Até o final do projeto o Seapac mobiliza recursos de outras fontes, tendo como meta alcançar pelo menos 20% dos recursos necessários a sua manutenção.

Conforme dissemos anteriormente, o esforço na busca pelo acesso a novos contratos e recursos sofreu limitações, em decorrência da situação pela qual passa o nosso país. Com isso, tivemos dificuldades em mobilizar recursos, principalmente, junto ao Estado. No entanto, não reduzimos nosso empenho na busca pela sustentabilidade institucional. Fizemos contatos e identificamos novas fontes financiadoras, e elaboramos propostas de projetos a serem contratados, na perspectiva de ampliar e diversificar as fontes de recursos visando a manutenção da missão e ação do Seapac junto aos Grupos de Base.

No primeiro ano do trienal, conseguimos contratar dois novos projetos – Cisternas nas Escolas Rurais e P1+2 com cisternas para produção – totalizando R\$ 1.291.607,00 (um milhão, duzentos e noventa e um mil e seiscentos e sete reais), em parceria com a AP1MC/MDS. Desse total, 20% foram destinados à manutenção institucional.

No **segundo ano**, contratamos 04 novos projetos – que estão em execução, **totalizando** R\$ 3.804,285,65:

- Cisternas nas Escolas Rurais – AP1MC/MDS – valor R\$ 659.832,04;
- P1+2 – tecnologias para produção – AP1MC/BNDES – valor R\$ 2.578.693,61;
- Projeto de segurança e soberania alimentar – Conf. Episcopal Italiana-CEI – valor R\$ 427.760,00;
- Projeto “Leigos para promoção da Justiça e da Paz” – Adveniat – valor R\$ 138.000,00.

Deste montante, 21% foram destinados à manutenção institucional. Com base nessas informações, a meta estabelecida no indicador foi atingida nos dois primeiros anos.

No **terceiro ano**, contratamos 03 novos projetos – que estão em execução, totalizando R\$ 1.346.361,92:

- Programa Cisternas – água para consumo – 02 contratos com a SEMARH/MDS – valor R\$ 1.331.361,92
- Projeto “Promovendo Direitos Socioambientais e Justiça de Gênero no contexto do Complexo Barragem de Oiticica” – Diaconia – valor R\$ 15.000,00.

Deste montante, 20% foram destinados à manutenção institucional, ultrapassando a meta estabelecida no indicador 4.2..

Durante a execução deste trienal, participamos de 2 chamadas públicas junto ao Governo do Estado do RN, totalizando quase 7 milhões de reais, passíveis de captação pelo Seapac. Entretanto, os resultados destas chamadas públicas foram questionados na justiça e aguardam julgamento.

É importante destacar ainda que, entre os segundo e terceiro anos de execução do trienal, foi iniciado um processo de negociação com uma empresa privada, a *Echoenergia* – administradora de parques eólicos no Rio Grande do Norte, para que a mesma apoie projeto de desenvolvimento social, com enfoque em formação e desenvolvimento associativo na região da Serra de Santana, município de Lagoa Nova, onde a empresa desenvolve atividades e onde deve executar recursos e ações de compensação socioambiental.

Apesar do longo período de negociação e ajustes da proposta de parceria apresentada pelo Seapac, o resultado é positivo e teremos financiada, no valor de R\$ 95.205,00, uma primeira experiência de projeto com empresas privadas, a ser implementado já no primeiro semestre do próximo trienal. É um passo importante na direção da diversificação de nossas fontes de recursos e, conseqüentemente, para a consolidação do processo de sustentabilidade institucional.

3.2 Produtos ou serviços (outputs):

Formação/Capacitação:

- 01 Curso sobre associativismo e gestão de associação – em 2 módulos;
- 01 Oficina sobre relações de gênero, poder e machismo na sociedade e suas organizações - 02 módulos;
- 01 Oficina sobre uso racional da água nos processos de produção na agricultura, pecuária, pesca e consumos diversos;
- 01 Intercâmbio para troca de experiências entre o Grupo de famílias atingidas pelo complexo da barragem Oiticica e o Grupo dos atingidos pela obra da barragem Armando Ribeiro;
- 01 Curso modular (20h) sobre prevenção da violência praticada contra crianças e adolescentes;
- 01 Curso modular (16h) sobre direitos humanos e sociais básicos e prevenção da violência doméstica praticada contra a mulher;
- 10 Cursos sobre Gestão de Águas para a Produção de Alimentos – GAPA;
- 10 Cursos sobre Sistema Simplificado de Manejo da Água para Produção – SSMA;
- 02 Capacitações de Comissões Municipais para o controle social da política de convivência com o semiárido – construção de tecnologias sociais da 1ª e 2ª água;
- 06 intercâmbios para troca de experiências sobre o processo de produção de base agroecológica, entre as famílias beneficiárias do programa de cisternas – P1+2;
- 31 Cursos sobre Gestão de Recursos Hídricos – GRH – para as famílias beneficiárias do programa de cisternas da 1ª água – P1MC;
- 01 Capacitação para cisterneiros;
- 15 oficinas sobre educação contextualizada, envolvendo professores e gestores da educação;

Totalizando 2.220 pessoas capacitadas

Comunicação Institucional:

- 06 vídeos institucionais produzidos e veiculados em site, mídias sociais e em eventos do Seapac e evento do setor (1.621 visualizações);
- 01 novo site institucional lançado;
- 01 novo formato de programa de rádio configurado;
- 03 perfis em novas mídias sociais criados e atualizados com materiais de comunicação institucional
Instagram – 4.326 seguidores em 09/05/2019
Youtube – 1.471 visualizações em 09/05/2019
Soundcloud – 25 reproduções das faixas em 09/05/2019;

- 01 portfólio institucional produzido e distribuído (2.000 cópias);
- 01 flyer institucional produzido e distribuído (1.000 cópias);
- Crescimento de 15,5% no número de interações em nossa página no Facebook, entre set/2017 e mar/2019 – (representando um aumento de 212 pessoas)

Totalizando **9.184** (nove mil, cento e oitenta e quatro) **pessoas alcançadas pelas novas ações de comunicação institucional**, lembrando que este número é ainda maior já que não temos acesso ao número de visitantes em nosso novo site, nem tampouco ao número de ouvintes semanais do nosso novo programa de rádio.

3.3 Atividades realizadas:

O sistema de registro e monitoramento das atividades realizadas pelo Seapac, a cada ano, propicia o acompanhamento de todo o planejamento pensado para o projeto trienal. Conforme já contextualizamos anteriormente, tivemos algumas dificuldades no desenvolvimento de atividades, em decorrência da situação ambiental e, em alguns casos, pela ausência de recursos complementares, que estavam previstos no planejamento, por meio de outras parcerias que, infelizmente, não se concretizaram. Assim, tivemos que remanejar, adiar ou até reformular algumas atividades de acordo com as variáveis das situações postas. No entanto, a partir do monitoramento, avaliamos que não houve discrepâncias significativas em relação ao planejado e executado, durante o trienal.

Destacam-se:

- Oficinas de formação (Curso Modular) sobre prevenção da violência doméstica praticada contra a mulher, crianças e adolescentes; e direitos humanos e sociais básicos;
- Rodas de conversas sobre prevenção da violência doméstica praticada contra crianças e adolescentes com pais e comunidade escolar;
- Reuniões de mobilização e sensibilização de famílias e comunidades para planejamento, organização e realização de atividades com os grupos eleitos no Projeto Trienal;
- Acompanhamento e assessoria sociojurídica em sessões públicas do acordo extrajudicial entre Governo do RN e Movimento dos Atingidos (as) pela barragem Oiticica;
- Visitas in loco (acompanhamento e fiscalização às obras físicas e social do Complexo Barragem de Oiticica); técnicas e de acompanhamento de autoridades;
- Reuniões de avaliação e encaminhamentos de acordos extrajudiciais na(s) comunidade(s);
- Acompanhamento e assessoria às reuniões da comissão do Movimento com autoridades (juiz, advogados, MP Estadual e Federal);
- Curso sobre Associativismo e Gestão de Associação (em 02 módulos);
- Oficina sobre relações de gênero poder e machismo na sociedade e suas organizações (02 etapas);
- Oficina sobre o uso racional da água nos processos de produção na agricultura, pecuária, pesca e consumo diversos;

- Intercâmbio de troca de experiências entre os atingidos pelo Complexo Barragem de Oiticica e os Atingidos (as) pela Barragem de Assu;
- Visitas de acompanhamento na construção de tecnologias sociais para captação de água para produção de alimentos e para armazenamento de água para consumo humano e animal – P1MC, P1+2 e Cisternas em Escolas Rurais;
- Oficinas sobre Gestão de Recursos Hídricos (GRH); Gestão de água para produção de alimentos - GAPA e Sistema simplificado e manejo de água para produção – SSMA;
- Visitas de acompanhamento às Unidades Produtivas Familiares, prestando apoio técnico para o desenvolvimento do processo produtivo; e atendimento sociojurídico para a defesa de direitos violados ou negados;
- Identificação e sensibilização de novas Unidades Produtivas Familiares para implementação da produção com base na transição agroecológica;
- Capacitação de Unidades Familiares no manejo de atividades de apicultura; sobre defensivos naturais; produção agroecológica; gestão e reúso das águas; introdução da cultura da palma forrageira e o combate à praga de cochonilha de carmim;
- Reuniões com atores-chave e processos de capacitação para incremento das iniciativas de comercialização / economia solidária;
- Dias de campo e partilha com as Unidades Produtivas Familiares, com atividades práticas de técnicas de produção, adubação e manejo do solo;
- Intercâmbios entre as famílias das Unidades Produtivas – para troca de saberes e conhecimento de experiências exitosas; troca de sementes e mudas de hortaliças, fruteiras, etc; entre eles, visando ao fortalecimento e disseminação de iniciativas produtivas e sociais;
- Visitas para orientação e implantação de infraestrutura familiar para incentivo ao processo produtivo de base agroecológica;
- Sistematização e divulgação de experiências comunitárias, valorizando o saber e a cultura da agricultura familiar;
- Fortalecimento e criação de canais de interlocução e legitimação das lutas e proposições dos agricultores familiares – Fóruns/Associações;
- Participação e incidência política direta em espaços sociais de disputa, proposição e controle das de políticas públicas – nas esferas micro e macro: Conselhos gestores/Comissões/Fóruns/Comitês;
- Atendimento sociojurídico a pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com direitos negados ou violados, visando ao encaminhamento dos casos aos órgãos competentes, para garantir a efetivação desses direitos;

- Implementação de ações conjuntas com parceiros internos – implantação de bancos de sementes, capacitação, contribuições nas discussões e elaboração de propostas de projetos envolvendo as lideranças comunitárias – rurais e urbanas;
- Mobilização e sensibilização dos usuários para a democratização do acesso à água e preservação do meio ambiente na bacia hidrográfica do rio Piancó/Piranhas/Açu – por meio do Comitê da bacia;
- Capacitação de associações rurais e urbanas em associativismo e gestão administrativa;
- Acompanhamento e assessoria técnica aos fóruns municipais de associações e fóruns microrregionais;
- Assessoria jurídica a organizações da sociedade civil, na atualização de seus estatutos e regimentos, de acordo com as novas diretrizes do Marco Regulatório para o Terceiro Setor, nos estados do Rio Grande do Norte;
- Oficinas sobre a pedagogia da educação contextualizada, a ser incluída na grade curricular de escolas rurais, como parte da ação do projeto água na escola;
- Visitas e reuniões com os Grupos acompanhados para monitoramento e avaliação das atividades e dos efeitos decorrentes das ações realizadas no decorrer do projeto trienal;
- Reuniões periódicas dos núcleos do Seapac para planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização das atividades realizadas;
- Capacitação da equipe do Seapac sobre temáticas relacionadas a: tecnologias de reuso de águas cinzas; elaboração e análise de editais de chamada pública, com base no Novo Marco Regulatório; Recursos Hídricos e Mudanças Climáticas; Captação de recursos;
- Assembleia estadual do Seapac para prestação de contas anual;
- Encontros da coordenação com os núcleos para monitoramento e avaliação das atividades e projetos realizados;
- Encontro do setor com consultor externo - Luis Fernando Donadio, CAIS, para orientações sobre implementação do setor Desenvolvimento Institucional e sobre as melhores estratégias para o Plano de Captação do SEAPAC. Na ocasião trabalhou-se sobre o plano previamente pensado pelo consultor com a coordenação do SEAPAC;
- Visitas do setor de Captação para conhecimento dos núcleos e atividades do SEAPAC em campo, aproveitou-se a oportunidade para que fosse feita uma análise sobre o funcionamento da organização de modo geral, a partir deste olhar “estrangeiro” e coletar ideias e dados para consolidar o Plano de Comunicação e o Plano de Captação;
- Apresentação e aprovação internas dos Planos de Captação e Comunicação;

- Produção e veiculação de novas peças e materiais de comunicação institucional, incluindo vídeos institucionais;
- Reunião com consultores externos – Luis Fernando Donadio e Claudia Fix (Cais/Misereor), com o objetivo de apresentar o Seapac e seu trabalho para a consultora externa, especificamente o trabalho desenvolvido pelo setor de Desenvolvimento Institucional até então, analisar e aprimorar as ações dos Planos de Comunicação e Captação, a partir da expertise dos consultores, partindo da realidade do Seapac;
- Produção e apoio na realização de eventos comemorativos dos 25 anos do Seapac (3 eventos: julho/2018 – Caicó; novembro/2018 – Natal; março/2019 – Santa Cruz);
- Produção e apoio na realização de eventos institucionais – 2 eventos principais: Encontro Regional de Sementes Crioulas do Trairi – março/2019, em Santa Cruz e Dia Mundial da Água – março/2019, em Barra de Santana-Jucurutu.

3.4 Outros efeitos e riscos:

Linha 1: Convivência com o semiárido:

Outros efeitos verificados no período:

As cisternas nas Escolas Rurais – de 54 mil litros – têm como objetivo principal garantir água de qualidade para o funcionamento das escolas, captadas principalmente das chuvas, por pelo menos 8 meses. No entanto, as cisternas foram além de suas finalidades precípuas e provocaram outros efeitos além da oferta da água:

- Melhoria na qualidade dos alimentos servidos aos alunos e professores;
- Assiduidade dos alunos durante o ano letivo;
- Nova perspectiva pedagógica de ensino que dialoga com o ambiente rural, valorizando suas características peculiares;
- Produção de quintais de hortaliças e fruteiras, dentro da escola e livres de agrotóxicos, cultivadas pelos alunos, professores e pais da comunidade, promovendo a mobilização comunitária e escolar, mudanças de hábitos alimentares, e práticas de produção agroecológica em residências da comunidade;
- O sucesso do quintal produtivo da escola municipal Walfredo Gurgel, em Serra Caiada, recebeu apoio e adesão da secretaria municipal de educação que pretende ampliar a iniciativa para as 10 escolas rurais do município. Na escola, existem várias espécies de hortaliças e fruteiras, que são utilizadas na merenda escolar, possibilitando uma mudança de hábito alimentar no alunado. O excedente é doado às famílias da comunidade tornando-se uma extensão da prática escolar a solidariedade humana envolvida neste processo;
- Envolvimento dos alunos – crianças e adultos – na construção e cultivo do quintal, no preparo de compostagem e defensivos naturais, como forma de combater as pragas, fortalecer o solo e as

plantas, sem degradar o meio ambiente, fruto do aprendizado durante os cursos oferecidos pelo projeto de cisternas nas escolas, mediados pelo Seapac;

- Maior conhecimento e interesse dos professores e alunos em relação à biodiversidade do semiárido, valorizando também conteúdos ligados à agroecologia, alimentação saudável e sem veneno, cooperação, solidariedade e a cultura local.

Outros efeitos também foram observados no decorrer da execução do Projeto de Cisternas P1+2:

- Identificou-se um conflito entre as áreas territoriais dos municípios atendidos, o que despertou a necessidade de mobilização das famílias prejudicadas, por estes limites, as quais buscaram seus direitos e de suas organizações, enquanto comunidade, e garantiram o acesso às tecnologias sociais. Além do acesso às tecnologias, as famílias mobilizaram reuniões com o poder público, nas próprias comunidades, culminando com o reconhecimento da territorialidade pelo poder público, e, com isso, garantindo acesso às demais políticas públicas municipais;
- As oficinas em GAPA1 e SISMA2, aconteceram nas comunidades atendidas, o que possibilitou que outras famílias não beneficiárias pudessem participar das formações. Com isso, estas famílias replicaram os conhecimentos de práticas em agroecologia, em seus quintais produtivos, melhorando assim sua soberania alimentar.

Outros efeitos verificados no período – quanto às UPFs:

- A Unidade Produtiva (UPF de Seu Manoel) da comunidade Estivas, desenvolveu e mantém, por iniciativa própria e criatividade, a piscicultura em cativeiro para viabilizar a irrigação de suas hortaliças, ampliando a diversidade de hortaliças no seu quintal. Com a água servida dos tanques de peixes ele consegue manter sua horta e, ao mesmo tempo, utiliza algumas hortaliças para alimentar os seus peixes, evitando o desperdício da água e produzindo de forma sustentável. (Comunid. Estivas – São Miguel);
- Em visita in loco para avaliação do trienal, identificamos que a UPF de Romildo, (em São Miguel), a partir da troca de experiências e intercâmbio, idealizou, implantou e consolidou um sistema de reúso de águas cinzas para irrigação de fruteiras, com diversidade de culturas frutíferas – como milho, banana, tomate cereja, quiabo e moringa, sem adubo químico;
- Sete das UPFs que participam da feira agroecológica de São Miguel expuseram seus produtos no Instituto Federal do RN (IFRN), em Pau dos Ferros, gerando uma grande procura. Em decorrência disso, o IFRN solicitou uma amostra quinzenal da feira, no estabelecimento, para suprir a demanda dos funcionários, alunos e comunidade local, ampliando o mercado consumidor da feira;
- Mesmo com a formação contínua e acompanhamento técnico ainda há famílias que resistem à eliminação do veneno na produção. Observamos que cinco UPFs, em Encanto, ainda persistem no uso do agrotóxico, embora em menor quantidade, mesmo sabendo dos riscos e dos efeitos nocivos para saúde e o meio ambiente. A cultura do uso de veneno ainda é muito forte no meio rural o que causa a resistência à mudança para os princípios agroecológicos;

¹ GAPA – Oficina em Gestão de Águas para Produção de Alimentos;

² SISMA – Oficina em Manejo de Sistema Simplificado de Água para Produção.

- No município de São Miguel, no Oeste Potiguar, o agrotóxico era usado em grande escala na produção agrícola, sendo reconhecida pela própria população que geralmente não consumia os produtos locais. Com a chegada do Seapac e o intenso processo de formação, palestras e debates públicos promovidos no município, com agricultores, prefeitura, população e parceiros, houve uma mudança visível nas práticas agrícolas. Os agricultores passaram a denunciar o comércio de veneno (de forma ilegal) e o Ildiarn³ chegou a multar e proibir a venda de agrotóxicos mais nocivos, na cidade, provocando uma diminuição desses produtos na agricultura local. E com a implantação da feira agroecológica, cresceu a procura pelos produtos saudáveis, aumentando as ofertas e, conseqüentemente, incentivando mais agricultores a produzirem alimentos livres de agrotóxicos. A feira tem um espaço específico na cidade e, hoje, acontece duas vezes por semana, e conta com 14 agricultores familiares (UPFs), com possibilidade de ampliação em virtude da grande demanda e do interesse de outros agricultores;
- A mudança de atitude em relação ao uso de agrotóxicos é algo que devemos comemorar, em São Miguel e Encanto pelo menos 85% das UPFs não usam agrotóxicos. Em diversos momentos do projeto realizamos oficinas, reuniões, palestras, visitas e dias de partilhas para discutir sobre o uso desses pesticidas, mostrando que é possível produzir sem usar agroquímicos;
- Com a implementação e institucionalização da feira, a Prefeitura de São Miguel passou a dispensar o pagamento do Imposto sobre Serviços (ISS) devido pelos agricultores que fazem parte da feira agroecológica, desde que estejam inseridos em programas sociais, beneficiando assim a renda dessas famílias;
- O debate em torno da produção de base agroecológica, dos riscos dos agrotóxicos e da idealização da feira, no município de São Miguel, provocou a mobilização dos agricultores e articulação entre os setores públicos e privados (Prefeituras, Secretarias, UFERSA, Rede Xique-Xique, Diaconia, Fórum de associações, rádios comunitárias, paróquia, Escolas) para viabilizar a estrutura da feira municipal e a divulgação junto à população, o que possibilitou o sucesso e a comercialização de toda a produção no seu primeiro dia de funcionamento;
- A estratégia de socialização de experiências de produção agroecológica no município de São Miguel, gerou o interesse da comunidade em conhecer os quintais produtivos das UPFs. Trinta alunos e professores de escola municipal visitaram dois quintais produtivos para conhecer o modo de produção agroecológica, provocando o debate sobre a importância da produção sem uso de agrotóxico e adubos químicos, abrindo o diálogo com a sociedade sobre a qualidade alimentar e o movimento agroecológico que vem acontecendo em São Miguel, de forma a ampliar a adesão de toda a comunidade micalense;
- Os encontros microrregionais de sementes nativas têm despertado, mais ainda, a prática de troca, seleção e guarda de sementes pelos agricultores. Na comunidade Catolé – em Lajes Pintadas – as cinco famílias (UPFs) possuem um banco comunitário e, por meio da associação, estão se mobilizando para construção de uma casa de sementes nativas, com o objetivo de ampliar e diversificar as espécies, de forma a se tornarem autossuficientes, possibilitando sua autonomia e soberania na atividade agrícola. Atualmente eles têm 70kg de sementes guardadas, vindas das próprias comunidades (Jerimum, sorgo, feijão, melancia, algodão, fava, milho, quiabo, etc);

³ Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do RN

- O último encontro microrregional de sementes crioulas, realizado no território do Trairi (em março/19), reuniu cerca de 80 agricultores rurais – guardiões de sementes – e deliberou uma comissão para identificar e mapear todas as famílias que possuem a cultura da guarda de sementes no Território Trairi; e realizar análise de transgenia de sementes do milho doadas pelo Governo, a fim de evitar a contaminação das sementes crioulas. Pela histórica tradição de famílias guardiãs de sementes, o Trairi vai receber 6 casas de sementes, sendo 3 em Lajes Pintadas e 3 em Santa Cruz, fortalecendo mais essa prática e garantindo espaços adequados para guarda, troca, venda e doação de sementes entre os agricultores. As casas fazem parte de um projeto do governo federal, por meio do extinto Ministério do Desenvolvimento Social – MDS.

Linha 2 – Fortalecimento de Organizações e Fóruns da Sociedade Civil:

Outros efeitos verificados no período:

Diante da falta de espaço para comercialização, no município de São Miguel, o Fórum de associações se articulou com mais dois municípios próximos (Venha Ver e Coronel Ezequiel) e reativaram e adequaram a Central de Associações, criada em 1993, para: servir de canal da agricultura familiar para tratar da comercialização da produção familiar; da criação da feira de agricultura familiar – em São Miguel – e da certificação orgânica da produção dos agricultores dos três municípios, cujos resultados foram:

- A feira agroecológica foi viabilizada e está em funcionamento às quartas e sábados, com participação de 14 agricultores familiares, aumentando a comercialização;
- 12 participantes da feira conseguiram a Declaração de Produtor Orgânico, conferida pelo Ministério do Meio Ambiente – MAPA, agregando valor aos seus produtos e atraindo mais ainda o consumidor.

Em São Miguel o fórum de associações continua com um programa de rádio, elaborado e apresentado pela coordenação, com participação de lideranças comunitárias e outros atores locais, facilitando os contatos, a divulgação de notícias, informações, discussão de temáticas diversas, e a mobilização, sensibilização e motivação para participação das atividades dos fóruns e dos eventos comunitários;

O Fórum de associações rurais de Encanto discutiu estratégias com parceiros locais para desenvolver ações conjuntas para estimular e difundir a produção agroecológica, em que foi constituído um Grupo de Trabalho (GT) para planejar e realizar as ações, e estabelecer metas. Dentre as metas, está prevista: mapeamento de agricultores com potencial produtivo; realização de diagnóstico rural participativo; encontro com os agricultores para discutir sobre agroecologia; fortalecer o sistema de produção desses potenciais agricultores; discutir e planejar a criação de uma feira agroecológica; e criar a feira no município até o primeiro semestre de 2019. A cada mês o GT se reunirá para discutir e executar as metas. O grupo envolve o Seapac, Emater, Secretaria Municipal de Agricultura, o Fórum de Associações, Sindicato e o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável.

3.5 Avaliação:

Sim. Tivemos momentos importantes de autoavaliação e reflexão sobre nosso trabalho, com assessoria do CAIS (Adriano Martins e Luiz Donadio) e a consultora externa de Misereor (Claudia Fix).

No final do primeiro semestre/18 realizamos uma oficina e uma reunião de avaliação sobre o trienal em curso, com a assessoria do CAIS, analisando o contexto sociopolítico, econômico e ambiental, em nível nacional e internacional; nossa metodologia de trabalho; áreas e linhas de atuação; grau de evolução dos objetivos e

indicadores propostos no trienal; Plano Institucional de Captação de Recursos; e o nível de alcance dos efeitos/resultados esperados. Dessas reflexões, tivemos os seguintes resultados:

- Elaboração da proposta do novo projeto trienal – 2019-2022;
- Houve alteração nas linhas e áreas de atuação do Seapac, para melhor se adequar e responder à realidade atual do Seapac e do contexto socioambiental, como também às demandas dos Grupos acompanhados;
- Mudança na metodologia de atuação com os Fóruns de associações rurais. A proposta é priorizar a formação e o fortalecimento das Bases – associações, Unidades Produtivas Familiares – para dinamizar o funcionamento dos Fóruns, ampliando a participação das lideranças de Base e a capacidade de incidência política;
- Dar ênfase no aprimoramento do setor de desenvolvimento institucional do Seapac, com a promoção de campanhas de captação de recursos e a Implementação de uma política institucional de promoção do voluntariado e de estagiários de áreas afins, visando ampliar e renovar a equipe – de campo, de comunicação, gestão e administração - aumentando a capacidade multidisciplinar e técnica, e diversificando a equipe quanto aos aspectos de gênero e geração;
- Consolidar e alinhar conceitos e posicionamentos institucionais acerca de temáticas relativas ao trabalho desenvolvido pelo Seapac. Em decorrência dessa proposta, a equipe do Seapac passou por uma oficina sobre agroecologia, assessorada pelo professor Alexandre – da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, para aprofundamento da temática e construção de uma proposta metodológica unificada para trabalhar com as Unidades Produtivas Familiares (UPFs), fundamentada nas experiências práticas e nos conceitos científicos;
- Insistir na criação de canais de comercialização da produção familiar – como por exemplo a constituição de feiras municipais da agricultura familiar;
- Apostar na construção da Rede de Associações Rurais para potencializar a capacidade desses segmentos no acesso e controle social das políticas públicas;
- Definimos nos apropriar, cada vez mais, da temática das mudanças climáticas, incorporando nas agendas práticas discussões sobre o reúso e gestão de águas, energias alternativas, cuidados com as nascentes dos rios, matas ciliares, e reflorestamento com mata nativa.

Em março de 2018, recebemos a visita da consultora de Misereor, Claudia Fix, a qual tinha como objetivo conhecer o Seapac, o trabalho desenvolvido, mais especificamente as ações de Comunicação Institucional e Mobilização & Captação de Recursos. O encontro foi bastante positivo, uma oportunidade para avaliarmos o novo setor implementado – Desenvolvimento Institucional, e revisarmos nossos Planos de Comunicação e Captação a partir da visão estratégica e expertise da consultora e do assessor de CAIS, Luis Fernando Donadio, que também esteve presente.

Enquanto resultado positivo ainda tivemos o convite para que o Seapac integre um grupo de organizações que viriam a ser acompanhadas por ambas organizações e profissionais em sua trajetória de implementação e consolidação dos setores e planos de captação de recursos. Durante toda a execução do trienal, principalmente no segundo e terceiro anos, a consultoria ofertada e o apoio destas organizações ao setor foi de grande importância para o norteamento e concretude das atividades planejadas.

Além desses momentos específicos, aconteceram visitas e encontros semestrais de monitoramento e avaliações intermediárias, com a equipe, em suas áreas de atuação, em que foram avaliados o grau de alcance dos objetivos e efeitos do projeto, como também o desenvolvimento do planejamento em curso.

4. CONCLUSÕES

4.1 Lições aprendidas: experiências e conhecimentos importantes que resultaram do projeto até agora:

No decorrer do projeto e da ação com os Grupos fomos partilhando e experimentando conhecimentos e práticas novas que nos levaram a refletir e refazer conceitos, metodologias e experiências que culminaram com as seguintes compreensões/lições:

- A venda direta nas feiras é o modelo de comercialização que mais tem se adequado às condições da agricultura familiar orgânica, pois o agricultor tem uma comunicação direta com o consumidor, o pagamento é sempre à vista, não existe risco de calote e o relacionamento se dá, geralmente, entre iguais – consumidor x produtor, descartando a figura do atravessador, tão presente e nociva nas relações de comercialização da produção rural;
- O não envolvimento da política partidária no relacionamento das associações rurais com as autoridades constituídas tem sido uma boa estratégia para manter uma relação estável, com autonomia e identidade própria;
- No trabalho com as UPFs prevíamos alcançar pelo menos dois estágios de transição agroecológica – inicial e avançado ou consolidado. Durante toda a caminhada observamos, dialogamos e experimentamos com as famílias várias técnicas produtivas embasadas nos princípios agroecológicos. No entanto, a experiência e os estudos nos mostraram que esse processo deve ser contínuo e requer um tempo de convencimento e maturação para que elas aprendam e comecem a aplicar em suas práticas. Cabe ressaltar que foi necessário a equipe estudar, visitar experiências e repensar seus conceitos, para chegar a um novo pensamento institucional acerca do que é “agroecologia”, inspirados pelas teorias, mas embasados no saber e experiências práticas. Daí decorre a compreensão de que não há um parâmetro estático que dimensione estágios da transição agroecológica; a transição agroecológica é processual e permanente;
- O novo contrato do projeto de cisternas – P1+2 trouxe, além das tecnologias, uma nova metodologia de trabalho com as famílias, que facilita o acompanhamento sistemático, passando por todos os processos desde a mobilização, sensibilização, formação, implementação e implantação dos equipamentos hídricos. Todas as etapas têm a participação direta dos beneficiários, os quais constroem seus diagnósticos - visualizando suas histórias de vida, seus agroecossistemas e subsistemas desenvolvidos – por meio das técnicas “a linha do rio” e o “mapa da propriedade”. Como desdobramento, elas planejam e elaboram seus projetos produtivos e recebem e gerenciam um recurso financeiro (fomento) para desenvolverem suas atividades na propriedade. Após toda a execução e acompanhamento técnico, as famílias fazem o redesenho de sua propriedade, observando as mudanças e os efeitos que ocorreram na Unidade Familiar, após a implantação do projeto;
- Nos últimos anos percebemos uma acentuada quebra na dinâmica de funcionamento e representatividade dos espaços de participação e controle social, suscitando algumas reflexões e conclusões acerca dessa problemática. Muitas vezes o excesso de espaços públicos e o acúmulo das funções representativas é um dos problemas generalizados e, particularmente, mais complicado para as organizações da sociedade civil em face de suas debilidades estruturais. Observa-se que, por vezes, os representantes engajados na luta social, bem qualificados em suas intervenções em decorrência da participação em inúmeras redes e do acesso a informações, se distanciam de suas bases sociais e comunitárias. Inclusive passam a circular em fóruns mais macros – nacionais – revelando uma tímida

participação nas instâncias locais, comprometendo a legitimidade de suas intervenções e os processos de concertação social em nível micro. Essa análise nos remete a um entendimento da necessidade de uma articulação entre os espaços micro e macro, dos próprios representantes das comunidades. Tarefa que não é fácil de ser realizada, tendo em vista as dificuldades de ordem financeira das organizações e das próprias representações. O importante é que essa avaliação vem sendo feita pelas comunidades e suas representações, na perspectiva de não negarem esses processos de participação, mas de encontrarem mecanismos que solucionem esses vazios;

- Não existe conquista definitiva de direitos; a democracia está sempre em disputa; os avanços e as conquistas a qualquer momento podem ter recuos; a relação sociedade x Estado é sempre pautada em relações pessoais; é necessário estar sempre construindo e reconstruindo processos, dinâmicas e lutas; as mudanças de governo requerem novas articulações e novas táticas de relacionamento; as disputas de interesses na sociedade e no Estado são permanentes, por isso que o Seapac avalia a necessidade de investimento na qualificação e renovação de quadros de pessoal da entidade;
- Nesta atual crise política brasileira consolidamos, de forma mais consistente, a lição de que a autonomia das entidades da sociedade civil é fundamental e estratégica para manter seus posicionamentos junto aos governos temporários. Por isso, o apoio financeiro de organizações de cooperação internacional, como a Misereor e outros, é essencial para a manutenção de uma atuação independente e autônoma por parte das organizações da sociedade civil, como por exemplo o Seapac.

No que diz respeito à Linha 4, Sustentabilidade Institucional e a implementação do setor de Desenvolvimento Institucional, apesar de ser uma iniciativa recente, o processo de avaliação nos permite elencar as seguintes lições aprendidas:

- A importância de termos a comunicação institucional bem consolidada ou em processo avançado de desenvolvimento para que as ações planejadas de mobilização e captação de recursos sejam possíveis de serem executadas com elevado grau de sucesso. Para tanto, avaliamos que é imprescindível a consolidação de uma área específica de Comunicação Institucional, dentro deste novo setor, que contemple ao menos 1 profissional com dedicação exclusiva, e apoiado por um Programa Institucional de Estágio, que viabilize a contratação de ao menos 1 estagiário/a estudante de Comunicação Social;
- As ações voltadas para a comunicação institucional nos mostraram o quanto é importante o engajamento de toda a equipe neste processo de consolidação das nossas ferramentas e meios de comunicação, já que são os profissionais de campo, principalmente, quem subsidiam o setor com materiais e conteúdo sobre as atividades desenvolvidas e com suas impressões e avaliações pessoais sobre os projetos;
- Da mesma maneira, para o desenvolvimento de ações de mobilização e captação de recursos é imprescindível a participação de toda a equipe, já que a grande maioria dos colaboradores do Seapac possuem ampla experiência na elaboração de projetos e mesmo na identificação de fontes convencionais de captação de recursos (editais de chamamentos públicos), sendo importante a valorização destas capacidades internas para a sustentabilidade institucional;
- Outra importante lição aprendida durante o período refere-se à comunicação e ao alinhamento internos sobre o papel, a importância e os objetivos traçados para o novo setor de Desenvolvimento Institucional e como este alinhamento reflete nas expectativas e resultados esperados para o setor, sendo necessário explicitar que o foco de trabalho é a diversificação das fontes de captação de

recursos para a organização, sem excluir a captação tradicional, porém buscando novas oportunidades.

II. INFORMAÇÕES ADICIONAIS PARA O RELATÓRIO FINAL

O Relatório descritivo final deve conter todas as informações solicitadas na seção I assim como *adicionalmente* os aspectos indicados a seguir.

5. ENVOLVIDOS INTERNOS E EXTERNOS:

5.1 Número e qualificação do pessoal liberado para o projeto:				
Neste trienal o Seapac contou com uma equipe multidisciplinar, composta por 25 profissionais:				
Nº	Qualificação	Formação	Relação de Trabalho	Carga Horária ⁴
1	Coordenador Estadual	Advogado	CLT	Parcial
7	Técnicos	2 Engenheiros agrônomos 1 Engenheira agrônoma 1 Advogada 1 Economista 2 Assistentes Sociais	CLT	Integral
1	Técnico	Engenheiro Agrônomo - Coordenador de projetos de tecnologias sociais – P1MC/P1+2		
1	Articulador	Engenheiro Agrônomo		
1	Comunicador	Jornalista		
1	Gerente de Finanças e Controle	Contador		
1	Agente Mobilizadora de Recursos	Relações Internacionais		
3	Assistentes administrativas	2 Administração de empresa 1 Ensino Médio		
1	Técnica de Apoio	Letras		
4	Animadores de campo	1 Geógrafo 3 Ensino Médio		
4	Estagiários	1 Estagiária em comunicação 3 Estagiários em agroecologia		
5.2 Cooperação com outros atores:				
Durante o trienal tivemos a participação e a parceria de vários atores que contribuíram para a realização de atividades e o cumprimento dos nossos objetivos:				
PARCEIROS	CONTRIBUIÇÕES			
Diaconia regional e nacional	Contribuição na articulação e mobilização para a construção e desenvolvimento dos fóruns municipais e territorial			
Sindicatos	Apoio financeiro para realização do processo de formação e sensibilização do Movimento dos Atingidos pelas obras da barragem Oiticica			
Dioceses/Paróquias	Contribuição na articulação e mobilização para a construção e desenvolvimento dos fóruns municipais e territorial			
Dioceses/Paróquias	Disponibilidade de espaços para encontros e reuniões			

⁴ Pela Legislação (CLT) a carga horária semanal no Brasil é de 44 horas.

	Mobilização de agentes pastorais e lideranças comunitárias para participação em atividades de formação
Rede Xique-Xique	Construção de processos e canais de comercialização dos produtos da agricultura familiar, como também contribuição para a declaração de produtor orgânico do grupo de UPFs de São Miguel
Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN - EMPARN	Distribuição de raquetes de palma forrageira e capacitação sobre técnicas para o combate da praga cochonilha de carmim
Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do RN - SEMARH	Contrato de parceria com a SEMARH, com recursos do MDS para construção de 447 tecnologias da primeira água;
Secretaria de Estado, Trabalho, Habitação e Assistência Social - SETHAS	Continuidade da execução do Contrato de parceria com a SETHAS, para construção de cisternas da primeira água.
Associação Programa Um Milhão de Cisternas - AP1MC/ASA	Contrato de parceria, com a AP1MC, com recursos do BNDES para construção de 201 tecnologias sociais da segunda água; 02 Contratos de parcerias com a AP1MC, com recursos do MDS para construção de 93 cisternas escolares;
Universidade Federal da Paraíba – UFPB	Construção de metodologias para a realização de capacitação em GAPA e SSMA; Relação com o Campus de Bananeiras que culminou com a seleção de 04 estudantes de Agroecologia para facilitar as oficinas GAPA e SSMA; Canais de facilitação para realização de intercâmbios com as famílias beneficiárias da segunda água, e famílias experimentadoras agroecológicas do Pólo do Brejo Paraibano; Capacitação da equipe técnica do Seapac sobre agroecologia;
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN	Contratação de estagiária do curso de Comunicação Social da UFRN, habilitação em Publicidade e Propaganda, para atuar por 18 meses no novo setor de Desenvolvimento Institucional do Seapac;
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN	Apoio e assessoria em experimentos sobre sistemas de reúso de águas cinzas;
Universidade Federal do Semiárido – UFERSA	Apoio ao processo de fortalecimento da comercialização, da economia solidária e na conquista da certificação da produção agroecológica;
Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN	Estrutura física para realização de atividades
Prefeituras, Conselhos e Secretarias municipais de Educação, Saúde e Assistência Social	Logística e pessoal para mobilização e participação em capacitações de lideranças e usuários das políticas de saúde, educação e assistência social, promovidas pelo Seapac
Governo estadual, Ministério Público, Procuradoria do Estado do RN	Colaboração e assessoria nos acordos extrajudiciais dos atingidos pelas obras do complexo barragem Oiticica
Instituto Bom Pastor/CIAME - Natal	Lógica, mobilização, organização, assessoria e participação nas atividades de sensibilização e formação de famílias vulneráveis dos bairros Bom Pastor e Cidade Nova – Natal, no projeto Leigos para Promoção da Paz
Emissoras de Rádio	Divulgação de matérias e informações sobre as ações realizadas pelo Seapac e pelos Grupos de Base

AACC, Terra Viva, Centro Juazeiro, Asa Potiguar	Realização de atividades conjuntas – colaborando nos debates, nas reuniões, oficinas de capacitação, encontros, seminários, projetos, etc.
CAIS	Assessoria na elaboração de ferramentas de PMA, construção de relatórios e projetos; no processo de implementação do setor de Desenvolvimento Institucional e elaboração e execução dos Planos de Comunicação e Mobilização de recursos.
Misereor	Consultoria para revisão de execução dos Planos de Comunicação e Captação de Recursos.

6. PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

6.1 Atores e processos na condução do projeto:

Normalmente o Seapac adota uma metodologia de trabalho pautada na participação de todos os envolvidos no Projeto. Essa participação se dá de forma contínua, a partir da elaboração dos diagnósticos (marco zero), do planejamento das atividades, das reuniões e oficinas de monitoramento e avaliação – intermediárias e final.

A cada ano são praticados, junto com os grupos, os momentos de discussão acerca do projeto, sua metodologia, ações/atividades, e objetivos, tornando-os coparticipantes e corresponsáveis pela definição de estratégias que estejam alinhadas com suas realidades sociocultural, produtiva e econômica, preservando suas histórias de vida, habilidades e potencialidades para o desenvolvimento prático das ações/atividades a serem realizadas junto com eles e para eles.

Ao final de cada triênio é realizado uma avaliação mais abrangente para aferição dos principais efeitos/impactos e lições aprendidas durante todo o período, a fim de analisarmos onde avançamos, o que fizemos, o que aprendemos, o que mudou na vida das pessoas envolvidas, o que precisa ser aperfeiçoado ou modificado para melhorar nossa atuação em todas as dimensões. Essa prática é precedida de processos contínuos de planejamento, monitoramento e avaliações, mediados pelos técnicos com a participação ativa dos Grupos, para facilitar a reflexão e compreensão acerca dos resultados imediatos e posteriores às atividades/ações realizadas e, assim, não se perder de vista a sistematização dos efeitos cumulativos decorrentes do trabalho.

O Seapac tem convocado os parceiros mais engajados na proposta de trabalho para participarem desses momentos PMA, inclusive oportunizando espaços para que eles possam acompanhar in loco as atividades realizadas, possibilitando o controle social, a socialização do conhecimento sobre as práticas e os efeitos promovidos a partir da atuação junto aos Grupos de Base.

Neste aspecto, destacam-se as Comissões Municipais de Acompanhamento ao Projeto de tecnologias sociais, constituídas por vários representantes da sociedade civil e poder público (Associações, Fóruns, Sindicatos, Igrejas, Conselhos Gestores de políticas públicas, Secretarias municipais, entre outros), cujo papel é acompanhar desde a seleção das famílias, até o final da construção das tecnologias, participando diretamente e exercendo o controle social da política de convivência com o semiárido.

Nas articulações do Seapac com diferentes atores que constroem processos de políticas públicas - que tratam de água, direitos, semiárido, mudanças climáticas, energias renováveis, agroecologia, agricultura familiar e concepção de desenvolvimento socioambiental – construímos reflexões permanentes que contribuem para os posicionamentos do Seapac e demais parceiros, na perspectiva da formulação de ações que fortaleçam a justiça socioambiental.

7. PERSPECTIVAS/SUSTENTABILIDADE

7.1 Sustentabilidade dos efeitos positivos:

Na medida em que o Seapac adota uma metodologia participativa, o envolvimento e o protagonismo dos Grupos se amplia cada vez mais. A proposta de trabalho visa potencializar o conhecimento empírico das famílias, introduzindo novas práticas e conceitos científicos que dialoguem com o seu fazer prático, enriquecendo e diversificando suas tarefas cotidianas.

Neste aspecto, o protagonismo é centrado nos próprios beneficiários que constroem saberes e práticas partilhadas, a partir de seus conhecimentos e experiências acumulados. O papel da equipe técnica é mediar e animar esse aprendizado, assumindo uma relação horizontal e dialógica, em que a troca de saberes – científico e popular – acontece simultaneamente, promovendo o empoderamento, a autoestima, as capacidades e habilidades coletivas e individuais dos atores sociais. Essa estratégia permite a evolução, a emancipação e a independência dos envolvidos diretos, tornando-os aptos a “planejarem e fazerem” suas próprias iniciativas e atividades, aumentando a capacidade de manterem os efeitos e estruturas produzidas, na lógica do compartilhamento de responsabilidades pelas conquistas, mas, também, pelos erros e fracassos de seus projetos.

No entanto, observa-se que nem sempre esse caminho é trilhado por todos os Grupos acompanhados. Não se pode assegurar que isto seja equânime entre todos. Como já dissemos, existem grupos e famílias que estão num nível de desenvolvimento e autonomia que lhes favorecem a caminhada sem a necessidade de assistência ou investimentos externos. Outros, ainda necessitam de apoio e assessoria para levarem a cabo seus projetos e iniciativas.

Muitas vezes as limitações são decorrentes de fatores externos (seca, retração de investimentos públicos, descontinuidade de políticas públicas...) que interferem nos processos de desenvolvimento contínuo das ações e na sustentabilidade dos efeitos produzidos. Outras vezes, a fragilidade social, política, econômica e organizacional dos Grupos e das comunidades acabam provocando a quebra do fluxo das ações implementadas, interrompendo a possibilidade de efeitos mais duradouros.

Em alguns momentos precisamos intensificar o apoio e a assessoria técnica mais a um Grupo que a outros, mas, não necessariamente, significa que há maior dependência ou menor autonomia, mas, também, pode denotar que houve outros desdobramentos inovadores, constituídos por eles, e que demandam um acompanhamento mais constante.

Os dados qualitativos e quantitativos, expostos neste relatório, demonstram que houve um crescimento contínuo de efeitos e impactos positivos, que permanecem, mesmo onde não houve assessoria e investimentos constantes, refletindo o grau de sustentabilidade desses efeitos que o trabalho vem promovendo ao longo dos projetos trienais.

Avaliamos ter sido fundamental o investimento nos processos socioeducativos, com destaque para os momentos de partilha e intercâmbios entre as famílias/Grupos, formação em associativismo e nas estruturas implementadas. Em seus depoimentos e nas visitas in loco, pudemos verificar que cresce a cultura da atuação coletiva entre eles, à medida que assumem, cada vez mais, seu papel como protagonistas de seu próprio desenvolvimento.

Concluimos que esta percepção não se dá de forma imediata, e às vezes não se identifica em um triênio, apenas. Mas as evidências, pautadas na vivência e relação com os Grupos, comunidades e famílias

acompanhadas, têm nos mostrado que há boas perspectivas de sustentabilidade do trabalho realizado e dos efeitos produzidos. No entanto, vale ressaltar que isso não depende somente de nossos esforços e dos Grupos, mas, também de fatores climáticos, da realidade em que atuamos, da estrutura e conjuntura do país.

Citamos como exemplo de efeitos positivos e sustentáveis:

- as tecnologias de convivência com o semiárido – cisternas para captação de água para consumo humano, produtivo e animal – e seus processos de mobilização, sensibilização e capacitação. A avaliação in loco demonstra que as famílias permanecem em suas áreas de moradia mesmo com as longas estiagens, produzindo e se reinventando, superando as dificuldades ocasionadas pela seca, com um novo olhar e postura em relação aos efeitos das mudanças climáticas;
- o conceito e as práticas produtivas de base agroecológica têm crescido e se mantido como uma alternativa mais viável e sustentável para convivência das famílias no semiárido, fortalecendo a consciência – rural e urbana - sobre a importância da alimentação saudável e do cuidado com o meio ambiente;
- a cultura da participação combinada com o exercício do controle social tem se configurado um aprendizado e uma prática constante dos Grupos acompanhados. Embora ainda fragilizados politicamente, eles têm acreditado e insistido no seu papel de cidadãos de direitos, apostando na criação e fortalecimento de espaços coletivos para aumentar suas capacidades, saindo do viés estritamente reivindicatório para o enfoque positivo;
- o efeito produzido na vida de pessoas/famílias que recebem assessoria sociojurídica para resolução de seus problemas não termina no acesso aos seus direitos negados ou violados, vai mais além. O fato de passarem a conhecer os caminhos e as formas de alcançar seus direitos, os libertaram do status de pessoas invisíveis e incapazes. Verifica-se que houve um empoderamento a ponto de eles mesmos se sentirem capazes de exigirem seus direitos, sem necessariamente dependerem da assessoria do Seapac;
- a ampliação do campo de informações, das competências e do aprendizado da negociação de consensos com instâncias públicas, gerou nas famílias que compõem o Movimento dos atingidos pelas obras da barragem Oiticica, ganhos materiais e imateriais cujo resultado é, sem dúvida, percebido como o aprofundamento do empoderamento desses atores que pautam, exigem e propõem critérios para os acordos extrajudiciais, fazendo valer seus direitos e avançar suas conquistas sociais, na mesma proporção em que as obras físicas da barragem avançam;
- capacidade de resiliência dos agricultores e de adaptação aos processos de uso de águas na agricultura convencional, modificando os sistemas de irrigação, produzindo com menos água, diversificando mais a produção e conhecendo com maior profundidade o gerenciamento das águas e seus direitos de usuários dentro do sistema de recursos hídricos.

7.2 Sustentabilidade da continuação das atividades:

De acordo com o que dissemos no item acima, a tendência de continuidade das atividades protagonizadas pelos Grupos é visível e possível, haja vista a forte e expressiva participação e envolvimento desses atores nos processos de planejamento e execução das ações. Essa interação direta tem criado o sentimento de pertença e responsabilidade em relação ao trabalho empreendido e seus desdobramentos. A metodologia aplicada nas

Bases tem contribuído para comprometer os Grupos a levarem adiante suas iniciativas e prioridades, de forma autônoma e segura.

O Seapac tem fomentado, por meio de sua intervenção técnicopolítica, metodológica e organizacional, a criação de mecanismos e práticas cotidianas em que os Grupos possam exercitar experiências coletivas de atividades, gerando compromisso coletivo pela execução de ações futuras, planejadas por eles, sustentadas pela cooperação mútua e a convergência das relações e interesses comunitários.

Esse comportamento tem servido para fortalecer a governabilidade dos Grupos sobre suas escolhas, planos, projetos e atividades coletivas. As ferramentas de comunicação social (WhatsApp) têm sido muito utilizadas para manter e facilitar os processos de diálogo, de colaboração e planejamento coletivo, promovendo uma rede permanente de comunicação entre eles e a equipe técnica, aproximando os vínculos de afetividade e confiança.

À medida em que são executadas as ações, junto com os Grupos, vai se estabelecendo, também, consensos em meio às diversidades, indispensáveis ao exercício da solidariedade e da efetiva cooperação mútua, cujos resultados práticos são os “momentos de partilha” em que as famílias se retroalimentam de conhecimentos e experiências, dividem seus alimentos, opiniões e sonhos, fazendo da participação ativa uma atividade cotidiana; e da prática do monitoramento e avaliação, as ferramentas de aprendizagem, planejamento e re-planejamento.

7.3 Atividades relativas à mobilização de fundos e à autonomia financeira?

Identificamos que a implementação da Política de Convivência com o Semiárido oportunizou às famílias beneficiárias do Projeto de tecnologias sociais para produção – P1+2 o acesso a recursos financeiros para o incremento dos processos produtivos familiar. Com isso, 70 famílias rurais irão receber do Governo Federal (MDS) o valor de R\$ 3 mil reais, direto em suas contas, cujos recursos serão gerenciados por elas, para uso de acordo com suas necessidades e competências, de forma a melhorar seu sistema produtivo.

Quanto à mobilização de outros fundos pelo Seapac, no primeiro ano do trienal, conseguimos contratar dois novos projetos – Cisternas nas Escolas Rurais e P1+2 com cisternas para produção – totalizando R\$ 1.291.607,00, em parceria com a AP1MC/MDS.

Já no segundo ano, contratamos 04 novos projetos (atualmente em execução), totalizando R\$ 3.804,285,65:

- Cisternas nas Escolas Rurais – AP1MC/MDS – valor R\$ 659.832,04;
- P1+2 – tecnologias para produção – AP1MC/BNDES – valor R\$ 2.578.693,61;
- Projeto de segurança e soberania alimentar – Conf. Episcopal Italiana-CEI – valor R\$ 427.760,00;
- Projeto “Leigos para promoção da Justiça e da Paz” – Adveniat – valor R\$ 138.000,00.

Durante o terceiro ano de execução do trienal, contratamos 03 novos projetos (atualmente em execução), totalizando R\$ 1.346.361,92:

- Programa Cisternas – água para consumo – 02 contratos com a SEMARH/MDS – valor R\$ 1.331.361,92
- Projeto “Promovendo Direitos Socioambientais e Justiça de Gênero no contexto do Complexo Barragem de Oiticica” – Diaconia – valor R\$ 15.000,00.

Durante a execução deste trienal, participamos de 2 chamadas públicas junto ao Governo do Estado do RN, totalizando quase 7 milhões de reais, passíveis de captação pelo Seapac. Entretanto, os resultados destas chamadas públicas foram questionados na justiça e aguardam julgamento.

É importante destacar ainda que, entre os segundo e terceiro anos de execução do trienal, foi iniciado um processo de negociação com uma empresa privada, a Echoenergia – administradora de parques eólicos no Rio Grande do Norte, para que a mesma apoie projeto de desenvolvimento social, com enfoque em formação e desenvolvimento associativo na região da Serra de Santana, município de Lagoa Nova, onde a empresa desenvolve atividades e onde deve executar recursos e ações de compensação socioambiental.

Apesar do longo período de negociação e ajustes da proposta de parceria apresentada pelo Seapac, o resultado é positivo e teremos financiada, no valor de R\$ 95.205,00 (noventa e cinco mil, duzentos e cinco reais), uma primeira experiência de projeto com empresas privadas, a ser implementado já no primeiro semestre do próximo trienal (2019). É um passo importante na direção da diversificação de nossas fontes de recursos e, conseqüentemente, para a consolidação do processo de sustentabilidade institucional, em especial nossa autonomia financeira.

8. APRECIÇÃO RESUMIDA: Como vocês e o grupo beneficiário apreciam o Projeto?

8.1 Relevância:

Os efeitos identificados neste relatório são resultados de um trabalho contínuo que vem sendo produzido ao longo dos últimos seis (6) anos, encerrando o ciclo do Marco Estratégico do Seapac (2013-2018), que deu origem aos dois últimos trienais. Portanto, os efeitos foram sendo construídos gradativamente, por meio de uma ação permanente, embasada na visão de complexidade que perpassa o contexto sócio, político, econômico e ambiental em que se dá o Projeto, o qual apresenta diferentes problemas, desafios, expectativas, necessidades e demandas.

A partir dessa compreensão, avaliamos que não existem fórmulas ou soluções instantâneas capazes de produzir efeitos significativos e duradouros. Há muitas possibilidades, porém, existem limites que estão além de nossa governança, constituindo-se, assim, um desafio permanente a busca de resultados e conquistas conseqüentes e permanentes. Aferir a importância dos efeitos na vida dos Grupos beneficiários passa pelo cruzamento de diferentes olhares, perspectivas e saberes, o que envolve o monitoramento e a avaliação constantes, com participação dos atores sociais – beneficiários e parceiros do Projeto.

Nesta perspectiva, avaliamos com os Grupos, ao longo do Trienal, os principais efeitos produzidos pelo Projeto, e o grau de necessidade e da importância do trabalho realizado, cuja expressão é traduzida, aqui, como mudanças e melhorias apontadas pelos próprios beneficiários e destacadas pela equipe técnica:

- **918 famílias** com suas cisternas de 16 mil litros para captação de água para consumo humano, ao redor de suas residências, facilitando o abastecimento – seja com água de chuva ou por carros-pipa. A chegada dessas cisternas ampliou o estoque de água em quantidade e qualidade, disponível na zona rural, constituindo-se mais uma tecnologia alternativa de adaptação às mudanças climáticas e efeitos da estiagem vivenciada nos últimos 7 anos, no semiárido potiguar;
- **257 famílias** com tecnologias sociais da 2ª água (128 cisternas calçadão, 19 barreiros trincheiras e 110 cisternas de enxurrada), possibilitando o fortalecimento e a dinamização de sua produção de base agroecológica – cresceu o potencial produtivo: muitas famílias se alimentam de sua própria produção

e vendem os excedentes, acarretando um ganho financeiro e também na saúde da família, pelo fato de terem água de boa qualidade e alimentos saudáveis e diversificados em suas mesas;

- **93 escolas rurais com cisternas de 54 mil litros** implementadas, facilitando a captação e armazenamento de água, de boa qualidade, e garantindo a frequência escolar do alunado, evitando a paralisação do ano letivo por falta de água. A água acumulada também tem servido para produção de quintais de hortaliças e fruteiras, livres de agrotóxicos, e dentro da escola, sendo cultivadas e cuidadas pelos alunos, professores e pais da comunidade, promovendo a mobilização e integração da comunidade com o ambiente escolar, favorecendo mudanças de hábitos alimentares, práticas de solidariedade, e multiplicação dessas experiências de produção agroecológica nas residências das famílias e em outras escolas rurais;
- A manutenção do processo de formação das famílias que integram as Unidades Produtivas Familiares – UPFs, diante da dura estiagem que comprometeu o processo produtivo, propiciou a troca de conhecimentos relativos ao manejo sustentável do solo, da água e da produção, por meio de atividades de campo e intercâmbios entre elas. Intensificamos mais ainda a metodologia “do fazer prático”, valorizando o saber dos agricultores, a troca de sementes crioulas, o reúso de águas e a experimentação diária daquilo que foi construído nos momentos de formação. Isso ajudou as famílias a suportarem as dificuldades decorrentes da seca, a acumularem experiências e se prepararem para aplicarem um novo jeito de produzir com base na transição agroecológica;
- **75 Unidades familiares (UPFs)** adotaram práticas de produção agroecológica e diversificaram a produção em seus quintais, agregando hortaliças, frutas, palma forrageira, criação de galinha caipira, codorna e abelhas, entre outras, como alternativa para sua manutenção e convivência digna no semiárido;
- **Essas 75 UPFs estão em pleno processo de produção** em transição agroecológica, aplicando princípios agroecológicos, sendo possível perceber mudanças de atitudes como aproveitamento dos quintais, diversificação de seus sistemas de produção, implantação de culturas resistentes à seca, reúso de água, eliminação do uso dos agrotóxicos e uso de defensivos naturais, promovendo a melhoria da qualidade da vida na dimensão familiar, comunitária e ambiental;
- **Estas 75 famílias acompanhadas estão produzindo para soberania e segurança alimentar** (para consumo próprio) e, destas, **20 ainda conseguem sustentar a produção tanto para consumo quanto para a comercialização**, mesmo diante do período de escassez de água, tendo em vista a presença das tecnologias sociais; impactando a renda familiar, seja pela comercialização, seja por não precisar comprar seus produtos no mercado externo. Nove (9) famílias já conseguem uma renda entre 800 a 1000 reais, por semana, por meio da venda de produtos na feira agroecológica;
- Nas Unidades Produtivas (UPFs) tem aumentado a participação de mulheres e jovens, como responsáveis pelo processo produtivo e a gestão da Unidade Produtiva, gerando renda e melhoria nas relações de gênero no convívio familiar;
- É crescente o uso de **práticas de reúso de águas cinzas, de forma rudimentar e por meio de sistemas simplificados**, para irrigação da produção de fruteiras. Antes, as águas de uso doméstico eram totalmente desperdiçadas e agora as famílias aprenderem a reutilizá-las, aumentando a capacidade e condições de irrigação de seus quintais;

- A disseminação do cultivo da palma forrageira, associada à leucena e à moringa, como alternativa para alimentação e manutenção dos animais no período da seca, comprovou que é bastante viável e sustentável. As famílias que receberam e cultivaram essas plantas conseguiram sustentar e até ampliar seu rebanho – bovino, caprino, ovino – mesmo na época crítica da estiagem, quando não havia água e nem forragem suficientes para alimentação e dessedentação dos animais. A palma consorciada com outras espécies é bastante resistente à seca e apresenta um alto teor proteico, sendo capaz de resistir ao clima semiárido e de saciar a fome dos animais;
- A diminuição do uso de agrotóxicos na produção. As famílias que estão sendo acompanhadas pelo Seapac têm compreendido e utilizado, cada vez mais, pesticidas e fertilizantes naturais, produzidos a partir da integração de componentes animal e vegetal, advindos das propriedades, proporcionando maior sustentabilidade às atividades agrícolas, e trazendo benefícios técnicos, ambientais e socioeconômicos. Inclusive, já se convencionou a produção coletiva de compostagens e pesticidas, em diferentes comunidades, por meio de grupos familiares, que discutem, planejam e fabricam seus produtos naturais para uso próprio e para outras famílias interessadas, agregando maior valor aos produtos orgânicos, além da recomposição de solos erodidos;
- A prática de produção em transição agroecológica tem gerado impactos que vão além do ambiente familiar e comunitário. No município de São Miguel-RN, onde havia um alto nível de uso de agrotóxicos, a situação tem mudado gradativamente. O trabalho contínuo de formação coletiva, conduzido pelo Seapac, junto às famílias acompanhadas, tem sensibilizado tanto os produtores quanto os consumidores locais para a erradicação do veneno. Com a implementação da feira agroecológica, no município, as Unidades Produtivas oferecem à população produtos saudáveis, livres do veneno que, antes, era tão propalado na região. A feira está se tornando tradição, pela qualidade e diversidade, atraindo cada vez mais os consumidores locais, expandindo-se, também, para outros municípios da região Oeste, aumentando a demanda e a renda das famílias produtoras, servindo de incentivo e referência para outros agricultores;
- A instalação de feiras agroecológicas favoreceu a venda direta aos consumidores, um modelo de comercialização adequado às condições da agricultura familiar orgânica, pois o agricultor passa a ter uma comunicação direta com o consumidor, o pagamento é sempre à vista, não existe risco de calote e o relacionamento se dá entre iguais, de forma justa e solidária. A perspectiva é se criar mais espaços dessa natureza, criando a cultura da comercialização de produtos orgânicos, de forma direta e contínua, e, ao mesmo, tempo garantindo a sustentabilidade econômica e produtiva dos agricultores familiares;
- De forma ainda tímida, mas consciente e determinada, está em curso a reação dos espaços de organização da sociedade civil, principalmente reagindo contra os retrocessos do Estado Democrático de Direito, a perda de direitos, o desmonte da seguridade social e a destruição do capítulo da constituição que trata do contrato social. Apesar das instabilidades, recuos e da forte ingerência política, os atores sociais de Base estão se convencendo da necessidade de avançar, cada vez mais, no processo de organização e fortalecimento de seus espaços representativos, como forma de visibilizarem e manterem suas lutas em defesa de seus direitos e contra os retrocessos pautados pelo Governo Federal;
- A manutenção de espaços de participação da sociedade civil, seja em nível micro ou macro, tem garantido, pelo menos, discussões com os gestores municipais e estadual acerca das estratégias e critérios para implantação de programas e projetos voltados para a agricultura familiar: como o Corte

de Terra, Garantia Safra, Pronaf, entre outros, facilitando o acesso dos agricultores a essas políticas públicas e garantindo, minimamente, o cumprimento das regras dos programas, diminuindo injustiças e a exclusão dos mais vulneráveis;

- Nota-se que, mesmo diante do quadro complexo e desafiante da sociedade e da política atual, o Seapac tem facilitado e mostrado caminhos concretos para famílias/pessoas, em situação de vulnerabilidade social, econômica e ambiental, acessarem direitos sociais básicos, antes negados ou violados, gerando o empoderamento e o protagonismo dessas pessoas, a ponto de contribuir para que elas, por si só, continuem buscando suas melhorias, de forma autônoma e independente de assessoria externa, descobrindo novas perspectivas e canais de crescimento pessoal e coletivo;
- Introdução de novos conhecimentos que se traduzem em novas práticas e nova consciência, especialmente com relação ao cuidado com o meio ambiente, tendo como principal bem a água, essencial à vida, mas bastante escasso na região semiárida, sensibilizando e mobilizando usuários de águas a participarem dos processos decisórios de alocação de água e fazendo controle da gestão e uso da água nos reservatórios e nas calhas dos rios.

8.2 Eficácia:

A avaliação em torno do projeto trienal, demonstrada neste relatório, destaca a evolução dos indicadores e os respectivos efeitos produzidos, ao longo dos últimos três anos, que denotam o grau de alcance dos objetivos propostos.

Vale destacar que, nem sempre, o grau de desenvolvimento e efetivação dos efeitos pretendidos são igualmente satisfatórios e plenos, tendo em vista que lidamos com realidades complexas, que envolvem relações humanas, sociais, econômicas, políticas e ambientais, que permeiam todo o contexto em que atuamos, podendo refletir negativa ou positivamente no alcance dos objetivos propostos.

Em face do que registramos em cada Linha de atuação (item 3) avaliamos ter atingido os objetivos do Projeto e até superado metas e efeitos desejados. Acrescentamos que as Linhas, objetivos e ações pensadas no Projeto trienal, embora distintas, elas se complementam, compensando lacunas que possam existir no percurso da execução e conclusão do projeto.

Conforme dissemos anteriormente, este trienal – ora concluído – é uma extensão de um conjunto de ações que foram planejadas a partir do Marco Estratégico do Seapac (2013-2018), e vêm sendo realizadas junto aos Grupos de Base, num processo contínuo de planejamento, monitoramento e avaliação, levando-se em consideração os seus valores, as preocupações, demandas e prioridades, como também o grau de percepção e sentimento do público beneficiário em relação às mudanças provocadas pelas intervenções do Projeto.

Assim sendo, a nossa leitura, motivada pela nossa visão, impressões e realidade atual dos Grupos beneficiários, é de que o Projeto foi bem sucedido, tanto em relação ao objetivo geral quanto aos intermediários.

8.3 Outros efeitos:

Estão contidos no item 3.4 – página.....

8.4 Efeitos sócio-políticos a longo prazo: *(Como apreciam a contribuição do projeto para o objetivo geral formulado no Contrato de projeto?)*

Os esforços empreendidos, os efeitos e resultados aferidos na avaliação do trienal demonstram uma conexão direta e positiva em relação ao objetivo geral, formulado no contrato do Projeto trienal. Quando pensamos este objetivo, criamos um conjunto de linhas/eixos estratégicos e ações/atividades que culminassem com um impacto maior a ser produzido pelo Projeto – o objetivo geral. O detalhamento de informações, em cada Linha de Ação (item 3), revela a consistência dos efeitos diretos atribuídos às ações desenvolvidas, inclusive a superação de metas (Linha 1) e a conquista de outros resultados não esperados, decorrentes do trabalho realizado.

Assim sendo, a nossa apreciação é que, em meio a tantos desafios postos, conseguimos efetivamente contribuir para melhorar as condições de vida de famílias em situação de vulnerabilidade, que vivem no semiárido potiguar, quando:

- criaram e ampliaram seus estoques de água – uma das principais necessidades dessa população – tornando-as capazes de resistirem e permanecerem em seus espaços rurais, com dignidade;
- tiveram acesso à água para consumo, de boa qualidade e em quantidade suficiente, ao redor de suas casas; produzindo alimentos para a família e os animais, em seus quintais, promovendo a soberania e a segurança alimentar e nutricional, com o enriquecimento e a diversidade alimentar, melhorando a saúde, aumentando sua renda e seus rebanhos – seja de pequeno e grande porte;
- tornaram-se atuantes e fortalecidos em suas organizações de Base e em outros espaços da sociedade civil; cresceu o empoderamento e participação ativa de mulheres e jovens nos processos produtivos, nos espaços de decisão e gestão de suas organizações, no controle da comercialização da produção familiar, contribuindo para visibilizar e valorizar o papel e atuação feminina e juvenil, minimizando os conflitos de gênero e geração;
- os Grupos se apropriaram de novos conhecimentos e práticas de produção agroecológica e de reúso de águas cinzas, potencializando seus cultivos agrícolas e a fertilidade do solo; diminuindo o uso de agrotóxicos e o desperdício de águas; ampliando seus quintais e animais;
- criou-se espaços e instrumentos legítimos de luta, mediação e defesa de direitos humanos, sociais e ambientais, empoderando os atores sociais de base, qualificando e fortalecendo sua capacidade de incidência política em espaços de proposição e controle social de políticas públicas;
- famílias em situação de negação ou violação de direitos tiveram seus direitos efetivados, saindo da situação de invisibilidade e exclusão social, passando a se reconhecer e se posicionar como cidadãos de direito, sem tutela de assessoria externa;
- a consequência do processo de formação e empoderamento despertou nos Grupos/Famílias a iniciativa de julgarem e tomarem decisões acerca dos temas que cercam suas vidas, tornando-os mais independentes e conscientes de sua capacidade de agir, com mais efetividade, no intuito de melhorar suas condições de vida, reconhecendo seus próprios potenciais e também as fragilidades.

Em suma, obtivemos um conjunto de efeitos importantes que, certamente, impactaram positivamente a vida dos Grupos/Famílias beneficiárias do Projeto Trienal. No entanto, a sustentabilidade desses resultados não

depende apenas de uma ação de um projeto, mas de outros apoios externos e ações complementares, necessários para alcançar patamares mais satisfatórios e permanentes.

8.5 Sustentabilidade

Ao avaliar e sistematizar os efeitos positivos decorrentes da conclusão do Projeto Trienal, ficou bastante claro o que foi possível alcançar, em termos de resultados concretos, mas também se tornou evidente os gargalos que ainda impactam, negativamente, os resultados do nosso trabalho.

Conforme mencionamos no relatório, a tendência de continuidade das atividades protagonizadas pelos Grupos é visível e possível, haja vista a forte e expressiva participação e envolvimento desses atores nos processos de planejamento e execução das ações. A metodologia aplicada pelo Seapac, nas Bases, tem contribuído para comprometer os Grupos a levarem adiante suas iniciativas e prioridades, de forma autônoma e segura, especialmente pelo fato de incentivarmos, cada vez mais, o protagonismo desses atores nas estratégias de organização, decisão e formação coletiva.

À medida em que são executadas as ações, junto com os Grupos, vai se estabelecendo, também, consensos em meio às diversidades, indispensáveis ao exercício da solidariedade e da efetiva cooperação mútua, cujos resultados práticos são os “momentos de partilha” em que as famílias se retroalimentam de conhecimentos e experiências, dividem seus alimentos, opiniões e sonhos, fazendo da participação ativa uma atividade cotidiana; e da prática do monitoramento e avaliação, as ferramentas de aprendizagem, planejamento e re-planejamento.

As experiências práticas do “fazer e aprender de forma coletiva” se revelam muito exitosas e animadoras. Vê-se que há uma tendência maior de replicabilidade e sustentabilidade dos efeitos positivos, gerados por eles mesmos, no espaço comunitário. A descoberta e valorização das potencialidades e habilidades individuais e coletivas tem fortalecido o trabalho colaborativo, maximizando iniciativas próprias, a partir dos conhecimentos partilhados. Inclusive, observa-se que começam a surgir Grupos responsáveis por tarefas que são peculiares às suas habilidades, como: grupo de pessoas que fazem e ensinam a fazer compostagem orgânica; outros que são mais experientes na produção de defensivos naturais, de guardas de mudas e sementes e de ervas medicinais; outros que se destacam mais na parte de gestão e comercialização; como também da mobilização e organização comunitária. São talentos que vão se descobrindo, se destacando e se fortalecendo a partir do trabalho coletivo, tornando-se referências e pontos de contato entre os demais membros das comunidades.

Aos poucos vão se criando Redes de cooperação e comunicação, alargando e multiplicando as experiências exitosas, animando e promovendo a sustentabilidade das atividades e resultados conquistados. Essa troca de saberes e experiências também acontece em relação aos efeitos negativos: as famílias experimentam, analisam e repassam uns para os outros as metodologias e estratégias que deram certo e as que não foram apropriadas para suas iniciativas. Apostar, implementar e valorizar esse trabalho cooperativo é um dos meios para se estabelecer o compromisso e a corresponsabilidade dos Grupos pelas ações e projetos, aumentando as possibilidades de efeitos duradouros.

Esse comportamento tem servido para fortalecer a governabilidade dos Grupos sobre suas escolhas, planos, projetos e atividades coletivas. As ferramentas de comunicação social (WhatsApp, facebook, instagram) têm sido muito utilizadas para manter e facilitar os processos de diálogo, de colaboração e planejamento coletivo, promovendo uma rede permanente de comunicação entre eles e a equipe técnica, aproximando os vínculos de afetividade e confiança.

À luz dessas constatações, avaliamos que não existem fórmulas ou soluções mágicas e instantâneas capazes de produzir efeitos significativos e duradouros. Há muitas possibilidades de construí-los e torna-los sustentáveis, porém, existem limites que estão além de nossa governança, constituindo-se, assim, um desafio a busca de resultados e conquistas consequentes e permanentes.

9. COOPERAÇÃO COM MISEREOR

9.1 Observações acerca da cooperação com MISEREOR

A cooperação/parceria entre Misereor/Seapac é a principal base de apoio e sustentação da ação do Seapac, garantindo-lhe autonomia política para se relacionar com as instâncias de governo e assessorar os Grupos de Base, na cobrança de políticas públicas e direitos sociais.

Também reconhecemos a relevância dessa parceria na identificação e captação de recursos complementares às demandas geradas pelo projeto trienal, a qual se consolida quando recebemos recursos e apoio externo, tanto de Misereor quanto de CAIS, através da colaboração de assessores para implementarmos um setor específico de Desenvolvimento Institucional e o subsídio para a elaboração e execução de Planos de Comunicação e Captação de Recursos. Reconhecemos o quanto esta parceria e a oportunidade de fortalecermos nossa sustentabilidade institucional é importante e mesmo essencial para o nosso desenvolvimento e para a continuidade de nossas atividades.

Ressaltamos, também, a importância da disponibilidade da equipe e do diálogo permanente de Misereor, seja nas visitas e contatos, seja pelo suporte técnico às organizações parceiras de Misereor, por meio do CAIS, fortalecendo a relação de respeito e confiança entre os parceiros, bem como facilitado a construção e aperfeiçoamento de instrumentais que qualificam o planejamento, monitoramento, a avaliação e a sistematização dos resultados.

A cooperação nunca foi tão fundamental e estratégica no tempo atual de conjuntura e cenário político brasileiro. No momento, o governo brasileiro adota uma política de distanciamento das organizações da sociedade civil, impondo cerceamento de participação social no rumo das políticas públicas – Decreto nº 9.759, de 11/4/19, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Além de o Decreto eliminar os conselhos paritários de controle de políticas públicas; o governo adota medidas de redução de políticas sociais básicas, atingindo diretamente as populações com as quais o Seapac se relaciona; e deseja eliminar qualquer ativismo social que tenha relações com as lutas da esquerda brasileira. Portanto, sem apoio financeiro as entidades não terão autonomia para se posicionarem contra o retrocesso em curso.